

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ana Carolina Parreira

O REFORÇO DA SUBORDINAÇÃO AO PRIVADO:
A COBERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT CONTRA A
EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA VEJA

Florianópolis, Santa Catarina

2021

ANA CAROLINA PARREIRA

**O REFORÇO DA SUBORDINAÇÃO AO PRIVADO:
A COBERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT CONTRA A
EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA VEJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profª Draª Joana Maria Pedro

Florianópolis, Santa Catarina

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Parreira, Ana Carolina

O REFORÇO DA SUBORDINAÇÃO AO PRIVADO: : A COBERTURA DO
PROCESSO DE IMPEACHMENT CONTRA A EX-PRESIDENTE DILMA
ROUSSEFF PELA REVISTA VEJA / Ana Carolina Parreira ;
orientadora, Joana Maria Pedro, 2021.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Generificação dos espaços
público e privado . 3. Cobertura sobre o Impeachment na
Revista Veja. 4. Violência política de gênero. I. Pedro,
Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Ana Carolina Parreira

**O REFORÇO DA SUBORDINAÇÃO AO PRIVADO:
A COBERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT CONTRA A
EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA VEJA**

Florianópolis, 12 de Maio de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Joana Maria Pedro, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Camila Feix Vidal, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr.(a) Eloisa Rosalen
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Orientadora
Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Liana Rosa e Silva, e ao meu pai, Sérgio H. B. Parreira, pelo incentivo constante aos estudos e pelas condições de materializar o sonho de estudar Relações Internacionais. Pelo ombro em dias difíceis, pela felicidade de compartilhar bons momentos, e pela presença.

Às instituições universitárias, em especial à UFSC, pela possibilidade de vivenciar a diversidade e conviver com realidades diferentes às minhas. Pelos debates, pela luta a favor da educação e da ciência. Pela produção de debates tão elucidativos, dos quais pude fazer parte durante a graduação.

Aos diversos amigos e colegas de curso que me acolheram em uma nova cidade, e me ajudaram a construir uma casa num lugar distante de onde eu vim. Especialmente a Fernando Bassi, Ana Cristina Junckes, Lara Bet Meneghel, Lourenço Magalhães, Bruno Starke, Gabriela Ferreira, Monalisa Ceolin e Eliezer Batista.

Aos amigos que me ajudaram a seguir na jornada em Florianópolis e me mostraram outra forma de pensar e viver a vida. Que se tornaram família. Em especial a Alana Silva, Flávia Silva, Lila Alves, Aymée Reis, Letícia Kozelinski, Marcela Quint, Maju Gonçalves, Victor Bueno, Jefferson Gomes e Silvia Cantarino.

A Joaquim Mitidiero, pelo amor e carinho, por seguir na luta comigo, pelo apoio e suporte, por ter se tornado família. Pela presença.

Às professoras e mestras Karine de Souza Silva e Patrícia Arienti, por terem despertado em mim o interesse por estudar ainda mais, pelas atitudes exemplares em sala de aula, pelos debates, e pela oportunidade de ouvir e ser ouvida.

À professora Joana Maria Pedro, por despertar o interesse nos Estudos de Gênero e Feminismo, por mostrar caminhos, pela disponibilidade e atenção na orientação.

Por fim, ao meu irmão Leonardo Parreira, pela força nos tempos difíceis, pela resiliência, e por acreditar num amanhã melhor. Ao meu sobrinho Enzo Brantegani Parreira, por ser a luz em momentos que tanto precisávamos. E à minha madrinha, Lisete Benzoni, por ser apoio e força, por acreditar em mim.

RESUMO

O golpe legitimado via Impeachment de Dilma Rousseff, retomou as ideias sobre as esferas públicas e privadas que agem de forma a subordinar as mulheres ao privado. A Revista Veja desempenhou um papel importante na construção de uma narrativa misógina contra Dilma, no qual este trabalho buscou se aprofundar para entender se a Revista Veja cometeu o que se denomina como violência política de gênero contra a ex-Presidenta. A partir da perspectiva dos estudos de gênero, foram analisadas 28 reportagens do blog da revista durante o período do *Impeachment*, de forma que foi possível perceber que a revista de fato contribuiu para reforçar uma imagem de Dilma como incapaz e dependente de outras figuras masculinas, além de não construir uma narrativa imparcial sobre o processo, e silenciar ativamente a ex-Presidenta.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; Público e Privado; Família; Violência Política de Gênero; Veja.

ABSTRACT

Dilma Rousseff government 's coup legitimized thought an Impeachment process brought back the ideas about how public and private spheres act in a way to subordinate women to the private space. Veja's Magazine played an important role building a misogynous narrative against Dilma, a fact in which this work seeks to deepen in order to understand if the magazine was responsible for committing what is called political gender violence. 28 reports from Veja's blog during the impeachment process were analyzed from the perspective of gender and feminist studies, in a way it turned possible to realize that this média vehicle in fact contributed to reinforce Dilma's figure as if she was incapable and dependent from other masculine figures, besides not writing an imparcial point of view about the process, and actively silent the ex president.

Keywords: Dilma Rousseff; Public and Private; Family; Political Gender Violence; Veja.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Postagem no Twitter sobre a vestimenta de Dilma Rousseff durante sua defesa no processo de Impeachment	32
Figura 2 - Congresso Nacional na votação para Comissão Especial do Impeachment	39
Figura 3 - Foto tirada em manifestação pró Impeachment com boneco de Lula	56
Figura 4 - Cartazes contra Lula e Dilma em manifestação pró-Impeachment	58
Figura 5 - Cartazes contra Lula e Dilma em manifestação em Brasília	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise das reportagens	45
Tabela 2 - Análise das expressões vinculadas ao nome de Dilma	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	18
1.1 A GENERIFICAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA	18
1.2 A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO EVANGÉLICO NA CONSTRUÇÃO DO IDEAL FAMILIAR	26
1.3 A TRADIÇÃO OCIDENTAL DE VIOLÊNCIA ÀS FIGURAS FEMININAS	31
CAPÍTULO 2	39
2.1 CITAÇÕES SOBRE DILMA NAS REPORTAGENS DA REVISTA VEJA	47
2.2 ESPAÇO DE FALA DE DILMA NAS REPORTAGENS DA REVISTA VEJA	50
2.3 A INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DE PODER	52
2.4 VINCULAÇÃO DA FIGURA DE DILMA A UMA FIGURA MASCULINA	57
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

A legitimação do golpe que se deu por meio do Impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, trouxe à superfície questões sobre misoginia e violência política de gênero. Para Dilma Rousseff (2021) e Laura Albaine (2017), ambos os termos podem ser entendidos como duas formas diferentes de demonstrar a violência dirigida especificamente a mulheres que ocupam espaços públicos e fogem da expectativa de gênero criada sobre ela.

Allan G. Johnson (1997, p. 149 apud PERROT, 2019, p. 516), em seu livro intitulado “Dicionário de Sociologia”, afirma que a:

misoginia é uma atitude cultural de ódio às mulheres simplesmente porque elas são mulheres. Trata-se de uma parte fundamental do preconceito e da ideologia sexista e, como tal, constitui uma base importante para a opressão das mulheres em sociedades dominadas pelos homens.

Perrot (2019, p. 516), destaca que tal atitude é consequência de uma aversão universalizada e abstrata do gênero feminino, “pois se estende às mulheres como uma identidade única”. Ainda de acordo com o autor, essa atitude não é dada como inata, mas sim uma construção que ocorre no campo das experiências culturais e pessoais.

Muito se deve esta construção à produção de representações femininas na história do ocidente, atribuindo-as às características malignas, avarentas, incapazes de produzir conceitos, de moral fraca, indisciplinadas. Embora muito se assemelhem a discursos bíblicos, os filósofos, literários e médicos, gregos e romanos, já construíam tais narrativas. E até mesmo nas leis de povos que ocuparam a Europa a partir da queda do império romano, elas podem ser encontradas. Essas representações permaneceram na cultura ocidental, de forma discreta e até adaptadas às novas formações sociais (PERROT, 2019).

Ela pode ser praticada por diversos atores, como a mídia, o Estado, a população civil, entre outros (ALBAINE, 2014), mas é sobre o primeiro entre eles que este trabalho debate.

Entendendo, portanto, que a mídia teve um importante papel na construção dessa narrativa misógina a respeito de Dilma durante o Impeachment, este trabalho

tem como pergunta de partida questionar se a Revista **Veja** foi responsável por cometer violência política de gênero contra a ex Presidenta Dilma Rousseff.

A escolha pela revista como objeto de pesquisa deu-se pela alta circulação e alcance que tem desde a década de 1970, quando se estabilizou no mercado e passou a operar numa média de 170 mil exemplares por semana, alcançando a marca de 250 mil exemplares por semana 2 anos depois, e na década de 80, 400 mil exemplares por semana, contando com uma base de 340 mil assinantes (VILLALTA, 2002).

Publicada pela editora Abril desde sua criação, se estabeleceu na mídia como uma revista de modelo ilustrativo de frequência semanal, e atualmente é considerada parte do hábito de leitores de classe média no Brasil (VILLALTA, 2002). Isso porque seu modelo e frequência preenchem uma necessidade de leitura da classe média, que não faz uso de jornais. Segundo Kuciski (apud VILLALTA, 2002), ela possui, ao contrário deste, um grande universo de leitores leais, o que a configura espaço para determinar agendas e produção de consensos. Para o autor, é possível afirmar que, as revistas ilustradas no Brasil, que possuem tal lealdade em sua base de assinantes, acaba por construir tais consensos sobre uma “ideologia atribuída às classes médias, inclusive no reforço de seus preconceitos (KUCISNKI apud VILLALTA, 200, p.13).

Em outubro de 2017, em reportagem escrita por Pedro Sobreiro e publicada pela revista Superinteressante, a Revista **Veja** foi considerada a detentora da maior circulação entre as revistas no Brasil, com número superior ao de 1 milhão de exemplares por semana (SOBREIRO, 2017). Vale destacar que ambas as revistas - **Superinteressante** e **Veja** - fazem parte do grupo da editora Abril - considerado em 2006, pelo site Observatório da imprensa¹ como a maior empresa de *publishing*² da América Latina.

A revista foi também responsável pela veiculação de uma matéria com alto alcance, escrita por Juliana Linhares e publicada no dia 18 de abril de 2016 intitulada “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar”. O próprio título da reportagem revela seu conteúdo, que pode ser interpretado aos olhos de Luciana Panke, Sylvia Iasulaitis e Carmen Pineda Neboť, quando escrevem sobre a imagem de ex-Presidentas latino

¹ Observatório da Imprensa: iniciativa do Instituto de Desenvolvimento do Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Seu foco reside na crítica da mídia, desde abril de 1996.

² *Publishing*: a profissão ou negócio que produz e vende livros, revistas e jornais.

americanas na mídia: a construção da imagem de uma mulher dentro da expectativa de gênero, que “levam as pessoas a considerar que as mulheres possuem características expressivas - que são emocionais, compreensivas, generosas e compassivas” (PANKE, et al, 2015, p.7).

O momento político no qual tal texto foi publicado - um dia após a abertura do processo de Impeachment contra Dilma Rousseff - revela, também, uma falta de imparcialidade por parte da Revista, que será analisada no decorrer do trabalho. A forma como Marcela Temer fora retratada, “recatada” e pertencente ao lar (VEJA, 2016), é completamente distinta da imagem criada sobre Dilma, na qual, os autores e autoras, bem com a própria redação da revista, utilizaram adjetivos que remetem a “incapacidade” e “insanidade” (VEJA, 2016). Tal escolha de tema e momento aparenta fazer, indiretamente - porque não se menciona Dilma na reportagem - uma comparação entre a figura feminina ideal e a figura feminina deslocada do lugar onde deveria estar subordinada.

Para então chegar à resposta da pergunta da qual este trabalho parte, utilizou-se de uma perspectiva teórica feminista sobre os estudos de gênero e a construção das esferas pública e privada. Na distinção conceitual de Susan Okin (2008), o Estado reside na esfera pública e a família e a intimidade, na vida privada. Essa distinção é feita de forma dicotômica, e até hoje, muitos teóricos dos estudos da política tratam-nas de forma oposta, e estudam-nas com pouca precisão. Na perspectiva da autora, isso tem, entretanto, um impacto na divisão de papéis de gênero, colocando os homens como responsáveis por tudo que toca a esfera pública, e as mulheres, pela esfera privada. Na realidade, as figuras femininas são consideradas naturalmente inadequadas ao espaço público, restando-lhes então a subordinação à família e a dependência em relação ao homem (OKIN, 2008).

Tal divisão, na forma como ainda é experienciada hoje, tem origem no início da tradição ocidental, que pode ser remontada a partir dos estudos de Mary Beard. A autora inicia o primeiro capítulo de seu livro “Mulheres e poder: um manifesto” (2018), retomando “Odisseia”, a importantíssima obra na literatura ocidental, escrita por Homero. Além de retratar a história de Ulisses e suas aventuras após a Guerra de Troia, “Odisseia” é também a história de como seu filho, Telêmaco, atinge a maturidade, e a ligação deste marco com a capacidade e ordenação do discurso público. Tais capacidades impactavam diretamente o silenciamento das mulheres neste mesmo espaço (BEARD, 2018).

Apesar desta divisão de papéis encontrar-se presente na lógica de sociedade ocidental e burguesa há bastante tempo, somente na era vitoriana e no imperialismo inglês que tais ideias ganharam força e construíram uma visão de família, de progresso, de gênero e raça que pautam os valores ocidentais até hoje (MCCKLINTOCK, 1995). Anne McClintock (1995), em seus estudos, demonstra a forma como o imperialismo surgiu da ideia de “doméstico” - o que é da casa, assuntos de família - e “domesticar” - naturalizar (colonos, animais); civilizar (selvagens) - ambos conceitos consultados no *The concise oxford dictionary of current english*. De acordo com a autora, tais significados apontam para o fato de que a domesticidade denota um espaço, bem como uma relação social de poder. O culto da domesticidade não é, portanto, um fato da natureza, mas envolve um “processo de metamorfose social e sujeição política na qual gênero é a dimensão permanente, mas não é a única” (MCCKLINTOCK, 1995, p.35), pois baseia-se também na formação da raça e da branquitude como identidades. Durante este processo, império e colônia transformaram-se em vitrines, o primeiro para o “espetáculo imperial e para a reinvenção da raça” e o outro, que se deu particularmente em África, “se tornaram o espetáculo para exibir o culto vitoriano à domesticidade e à reinvenção do gênero” (MCCKLINTOCK, 1995, p.34).

Na Inglaterra do século XVIII, tais ideias refletiram-se na visão sobre a qual edificou-se a família imperial. Segundo Catherine Hall (1991) em *Sweet Home*, o próprio povo tinha expectativas exigentes sobre o papel desempenhado na vida privada pela realeza: para ser um verdadeiro rei, ou verdadeira rainha e conquistar a confiança dos súditos, era preciso ser também um verdadeiro pai ou mãe, esposo ou esposa, pois “a virtude doméstica encontrava-se no centro da civilização inglesa, e o povo só poderia amar seu pai régio se este fosse um exemplo de tais virtudes” (HALL, 1991). Tais ideias foram altamente influenciadas por uma longa construção de pensadores evangelistas que visava reformular os valores, não só das classes mais baixas, mas principalmente da elite burguesa. Essa reformulação exaltou valores cristãos e o papel da família como núcleo destes valores, ressaltando, então, os valores domésticos, que retomam a visão da figura masculina como homem viril, patriarcal, dono na casa e dos negócios, e da mulher, esposa e subordinada ao marido, o centro do lar. Isso significava, como consequência que, as tentativas de sair de sua própria esfera estariam condenadas ao fracasso, ou seja, “para uma

mulher, a busca do sucesso na mesma esfera do homem equivalia à negação das tarefas e dos deveres específicos que Deus lhe atribuíra” (HALL, 1991, p.59).

As ideias sobre a esfera pública e a privada, a família e a separação de papéis de acordo com valores imperiais, burgueses, ocidentais e cristãos, foram e são até hoje responsáveis pela estruturação de uma sociedade machista e misógina, da qual muitas mulheres são vítimas. A violência política de gênero é apenas uma entre as formas patriarcais nas quais são feitas tentativas de reprivatizar as figuras femininas, ou seja, subordiná-las ao espaço privado.

A importância, portanto, de estudar este tema nas Relações Internacionais se dá pelo fato de esta construção ser a base dos valores sociais que pautam decisões políticas e econômicas tomadas por governos que também se solidificam numa base machista e misógina. Como Cynthia Enloé pontua em *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, isto quer dizer que uma visão feminista da política internacional implica em perceber que os

[...] governos dependem de certos tipos de relações privadas para conduzir seus assuntos internacionais. Os governos precisam mais do que uma receita fiscal e agências de espionagem; eles também precisam de esposas que estejam dispostas a prover serviços não pagos para seus esposos diplomatas, para que esses homens possam desenvolver relações de confiança com outros esposos diplomatas. [...] Para operar na arena internacional, governos procuram o reconhecimento de outros governos sobre sua soberania; mas eles também dependem de ideias sobre a dignidade masculinizada e o sacrifício feminilizado para sustentar esse senso de nação autônoma” (ENLOÉ, 2014, p.351, tradução própria).

A afirmação feminista de que o pessoal é político é, de certa forma, perturbadora, pois significa que as relações que anteriormente pensamos ser privadas, íntimas, pessoais ou somente sociais, estão preenchidas de poder, de forma desigual, e são apoiadas e legitimadas pela autoridade pública (ENLOÉ, 2014). Pode-se ler tal afirmação como um palíndromo: o político é pessoal, sugerindo que não somente os debates legislativos, as câmaras de votação e seções estratégicas de partidos políticos moldam a política, mas também as relações privadas e íntimas, das quais dependem as figuras masculinas para exercer o poder público (ENLOÉ, 2014). Ou seja, uma perspectiva feminista das relações públicas aumenta a visão para o que é política, de quais são os temas de fato políticos.

Essa lente coloca um ponto fundamental sobre o funcionamento da sociedade em que vivemos, que se perpetua ao gerar divisões por gênero, por raça, entre outras (FEDERICI, 2018), de forma dicotômica. Isso tem sido fundamental para manter ambiguidades nas práticas patriarcais do passado, uma das principais consequências das quais as mulheres são vítimas (OKIN, 2008).

A narrativa misógina construída pela mídia, em particular, pela Revista Veja, sobre Dilma Rousseff durante seu Impeachment, se faz, portanto, importante nos campos de estudo das Relações Internacionais. A partir deste entendimento, foram selecionadas 28 reportagens da Revista Veja que remontam o processo do Impeachment de início ao fim, desde dezembro de 2015, quando Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, acolhe o pedido encaminhado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, contra a presidenta (SENADO, 2016), até o dia 31 de agosto de 2016, quando o Impeachment é então concluído e a ex-presidenta é então deposta de seu governo, mantendo, porém, seus direitos políticos (SENADO, 2016).

Todas as reportagens foram encontradas de forma online, utilizando-se as palavras-chave: “Dilma”; “Impeachment”; “Veja”; ou também palavras ligadas ao momento do Impeachment, como “votação”; “comissão especial”; “Sergio Moro”; “Lula”. Houve certa dificuldade em encontrar as reportagens, muitas vezes sendo necessário acrescentar as datas de votações e decisões importantes ligadas ao Impeachment para achá-las. Outro ponto de dificuldade inicial para reunir as reportagens foi o fato de que, para acessar muitas delas, era necessário ser assinante online da revista. Tal problema pode ser resolvido rapidamente, visto que a assinatura mensal custa R\$9,90, um gasto que foi possível incorporar às despesas mensais da graduanda.

Criou-se então uma tabela para organizar os textos por datas de publicação e analisar os padrões de narrativa sobre Dilma que foram encontrados. Dentre todos, quatro foram escolhidos como principais, pelo número de aparições e pela ligação com a bibliografia estudada: reportagens que mencionam Dilma; reportagens em que Dilma se pronuncia; reportagens em que Dilma é colocada como incapaz; reportagens em que Dilma é vinculada a uma figura masculina.

Todas as categorias, apesar de separadas neste trabalho, constroem uma mesma lógica, de figuras femininas vinculadas a figuras masculinas, especialmente na esfera pública, onde não são pertencentes, e são, portanto, incapazes de exercer

seus papéis. Isso se dá devido à visão que se tem sobre a masculinidade³. É neste espaço que se dá o silenciamento das figuras femininas, e a própria construção de uma narrativa por parte de um terceiro, a figura masculina, sem que haja qualquer tipo de consulta ao indivíduo do qual se trata, pois ambas construções se dão na esfera pública.

Este fato influenciou na discussão feita sobre a categoria de vinculação à figura masculina, que acabou sendo a maior discussão entre elas, uma vez que as fontes acadêmicas consultadas explicitam, principalmente, a dependência e a subordinação das mulheres aos homens, no espaço público e no privado.

Após a categorização, optou-se por dividir este trabalho em dois capítulos: o primeiro com o objetivo de realizar a construção teórica, relacionada a algumas reportagens do objeto de pesquisa e o segundo, com o objetivo de detalhar e explicitar as reportagens, bem como analisá-las de acordo com as quatro categorias e responder à pergunta de partida.

O primeiro capítulo, então, faz uso da reportagem que motivou a escolha pela Revista Veja como objeto de pesquisa – “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar” - para relacionar uma visão atual da expectativa de subordinação ao privado das mulheres a teorias que remontam outros momentos históricos, que foram, porém, cruciais para as construções das ideias nas quais Marcela Temer foi descrita: a exaltação da família e da vida privada, ligada a valores cristãos e imperialistas, que afetam a vida das mulheres de forma a reprivatizá-las. Em seguida, menciona-se a influência dos valores cristãos nos ideais de público e privado, bem como explicita que esta é apenas uma das violências das quais as mulheres são vítimas.

O segundo capítulo dedica-se, portanto, a explicar as categorias escolhidas e analisá-las de forma separada. Dividiu-se o capítulo em quatro tópicos, cada um correspondente a uma categoria de análise.

³ Masculinidade: construção ocidental, cristã e colonial, na qual define-se a figura masculina pela capacidade, virilidade, racionalidade, bem como a máxima representação de responsabilidade e poder sobre a casa, a família e as mulheres (OKIN, 2008; HALL, 1991; McCLINTOCK, 1995; BEARD, 2018).

CAPÍTULO 1

1.1 - A GENERIFICAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

Bela, recatada e do lar. É com tais características que, em 18 de abril de 2016, a revista *Veja*, em edição online escrita por Juliana Linhares, apresentou Marcela Temer, esposa de Michel Temer. Tais palavras remetem a uma construção de feminilidade, de uma expectativa socialmente construída dos comportamentos e papéis que devem ser exercidos por uma mulher.

Silvia Federici, na introdução de seu livro “O Patriarcado do Salário: críticas feministas ao marxismo”, explica que

Como feministas e como mulheres, temos lutado contra a naturalização da feminilidade, a que se atribuem tarefas, formas de ser, comportamentos, tudo imposto como algo “natural” para as mulheres (FEDERICI, 2018, tradução própria).

A autora defende que “essa naturalização cumpre uma função essencial de disciplinamento” (FEDERICI, 2018, tradução própria). Dentro desta mesma questão, Catherine Hall, autora de *Sweet Home*, texto incorporado ao livro “A História da Vida Privada”, faz a ligação entre as ideias do passado e do presente, quando, escreve sobre as expectativas que o povo inglês tinha de seus governantes, cita também o papel esperado da mulher e da família que acompanha o governante:

Vitória, o “botão rosa da Inglaterra”, foi esposa e mãe modelar. Como dizia um conhecido pregador em 1849, “o trono da nossa rainha simples e honrada se eleva dentre os lares felizes e os corações leais de seu povo. Ela tem direito à nossa confiança e ao nosso afeto, principalmente por suas virtudes domésticas. Ela é uma rainha - uma verdadeira rainha -, mas também é uma verdadeira mãe e uma verdadeira esposa (HALL, 1991, p.55).

O subtítulo da reportagem, da Revista *Veja*, citada acima, também remete a tais ideias, quando comenta que “a quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice.” Tais aspectos colocam-na no lugar de “verdadeira mãe”, logo de “verdadeira rainha”. Adaptando ao cenário da República Federativa brasileira, sugere uma verdadeira primeira-dama. Essa poderia ter sido uma mera reportagem, não fosse pelo cenário político conturbado que o país vivia naquele momento. No

mesmo mês, alguns dias antes da reportagem, a Comissão Especial do Senado tinha aprovado a abertura do processo de Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, seguida pela aprovação no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016 (SENADO, 2016).

Mergulhada em um cenário político conturbado, a reportagem é iniciada relatando a sorte que Marcela Temer tem.

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra (LINHARES, 2016).

Tal romantização não é feita por acaso. Como Hall (1991, p. 55) nos lembra, na Inglaterra do século XIX “cada família deveria ser um império de amor cujo pai era o monarca, e a mulher a rainha. Existe uma homologia entre o romance real e o romance da domesticidade comum”.

Anne McClintock, ao escrever em 1995 a publicação “Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no contexto colonial”, desmistifica as ideias de domesticidade e elucida o quanto a construção do espaço doméstico na Era Vitoriana⁴ do Império Britânico no final do século XIX, estava intrinsecamente conectada com os valores colonizadores, que foram utilizados para fins de domesticação e dominação dos povos em África.

Ela inicia seu livro, na página 31, trazendo o conceito de doméstico: “o que é da casa, assuntos de família” (DOMÉSTICO,1995) e o conceito de domesticar: “naturalizar (colonos, animais); civilizar (selvagens)” (DOMESTICAR, 1995). Ambos os conceitos foram consultados no *The concise oxford dictionary of current english*. E continua trazendo a etimologia no verbo domesticar, que é parente de dominar e deriva de dominus, senhor do *domun*, a casa (MCCLINTOCK, 1995). A autora destaca que “até 1964, entretanto, o verbo domesticar também carregava em um de seus significados a ação de civilizar” (MCCLINTOCK, 1995, p.35) e nas colônias, fez-se da estação missionária uma instituição inicial para transformar o conceito de

⁴ Era Vitoriana: Período vitoriano, abarcou quase todo o século XIX e recebeu este nome por ser o período de reinado da Rainha Vitória, na Inglaterra, e constitui-se como um sinônimo do próprio século XIX. Os valores e a sociedade vitoriana exerceram enorme influência, sobre grande parte do mundo ocidental, e apesar dos marcos de início de fim de seu governo (1837 a 1904), os limites temporais e geográficos não são estabelecidos com clareza, pois vão além das fronteiras do Império Britânico (SENKO e SANTANA, 2016).

domesticidade, antes enraizado nos papéis de gênero e classe europeus, e agora como controle do povo que seria colonizado (MCCLINTOCK, 1995).

Fazendo uma análise da propaganda de um sabonete na *McClure's Magazine*, da época colonial, ela destaca a forma como o imperialismo surgiu através da domesticidade (MCCLINTOCK, 1995). O anúncio dizia:

O primeiro passo para iluminar o fardo do homem branco é ensinando as virtudes da limpeza. PEAR'S SOAP é um fator potente para iluminar os cantos escuros da terra ao passo que a civilização avança, enquanto entre os cultos de todas as nações, ocupa o lugar mais alto - é o sabonete ideal (MCCLURES, 1899 apud MCCLINTOCK, 1995, p.32, tradução própria).

A crítica ao racismo explícito na propaganda se faz necessária. A ideia de iluminar cantos escuros conta com dois sujeitos: o primeiro, o responsável pelo ato de iluminar, e o segundo, os cantos escuros a serem iluminados. Existe aí uma ideia de progresso baseada em um povo civilizador e outro que deve ser civilizado que constrói uma hierarquia entre os saberes e as experiências. Pergunta-se, então, quais as características de cada sujeito? A resposta encontra-se no início do parágrafo, que coloca o homem branco como responsável pelo fardo de iluminar.

Segundo McClintock (1995), o outro sujeito é possível identificar numa cena da propaganda, que “retrata uma pessoa negra ajoelhada, grata por ter recebido o sabonete, como se ajoelharia diante um fetiche religioso”. Há também um espelho, que a autora interpreta como um emblema da “elucidada auto-consciência”, refletindo a imagem do “homem, branco, imperial” (McCLINTOCK, 1995, p.32, tradução própria). Finalizando a interpretação, McClintock aponta que

A higiene doméstica, como coloca a publicidade, purifica e preserva o corpo do homem branco da contaminação no limiar da zona imperial. Ao mesmo tempo, a mercadoria doméstica garante o poder do homem branco, a genuflexão dos africanos e o governo do mundo (MCCLINTOCK, 1995, p.32).

Além da hierarquização promovida, a publicidade mostra como o imperialismo surgiu da esfera doméstica, e que essa domesticidade imperial não é ocupada por mulheres. A domesticidade é, portanto, política, e o político é generificado e racializado. (MCCLINTOCK, 1995). O culto à domesticidade, como argumenta a autora, foi central para a identidade do império britânico, ao passo que o imperialismo

[...] impregnou o culto vitoriano da domesticidade e da separação histórica do privado e do público, que se concretizou em torno do colonialismo e da ideia de raça. Ao mesmo tempo, o colonialismo tomou forma em torno da invenção vitoriana da domesticidade e da ideia de casa (MCCLINTOCK, 1995, p.36, tradução própria).

Tal reinvenção foi crucial para construir a identidade masculina e feminina e dimensão na qual atuavam. Foram também elementos indispensáveis para que o mercado industrial e o empreendimento imperial operassem (McCLINTOCK, 1995).

É baseada em tal construção de gênero e raça que a reportagem da Revista Veja segue, então, relatando as atividades privadas deste casal ideal: jantares em restaurantes sofisticados, porém separados, garantindo a privacidade do casal; apelidos curtos; o céu estrelado. “O casamento e a família é que estavam na moda” (HALL, 1991, p.55) e ainda permanecem, quando a autora da reportagem aborda, logo após a apresentação do romance, o fato de o casal ter um filho, “Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrigará seus incisivos centrais” (LINHARES, 2016). Como menciona Hall, na Inglaterra do século XIX, “ser um verdadeiro rei significava ser também um verdadeiro esposo e um verdadeiro pai” pois “[...] a virtude doméstica se encontrava no centro da civilização inglesa, e o povo só poderia amar seu pai régio se este fosse um exemplo de tais virtudes.” (HALL, 1991, p.54).

É interessante perceber como a autora, da Revista Veja, retrata a relação entre a vida pública e a vida privada de Michel Temer: nos espaços públicos, ele vive o conturbado cenário político do país, e é no espaço privado onde se encontra sua esposa, que é mãe de seu filho, companhia para suas férias. Pode-se observar essa trama no seguinte parágrafo:

No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. ‘No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país’, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. [...] No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país (LINHARES, 2016).

Como a própria reportagem descreveu, “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa,

em São Paulo, e um pouco dela mesma também [...]” (VEJA, 2016), ou seja, pode-se entender que o papel exercido por ela reside na vida privada.

Susan Okin (2018), em seu artigo intitulado “Gênero, o público e o privado”, coloca que “os conceitos de esfera pública e privada da vida têm sido centrais no pensamento político do Ocidente ao menos desde o século XVII”. Ela traz à tona o fato de haver duas ambiguidades sobre o conceito, em sua visão, a primeira delas trazendo dois conceitos de público e privado, na distinção entre Estado e sociedade civil, e na distinção entre vida doméstica e não doméstica (OKIN, 2018). A autora relata que “o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também paradigmaticamente) privadas” (OKIN, 2018, p.307).

Essa ambiguidade explicitada no texto, segundo ela, resulta

diretamente das práticas e teorias patriarcais do passado, que têm sérias consequências práticas – especialmente para as mulheres. A divisão do trabalho entre os sexos tem sido fundamental para essa dicotomia desde seus princípios teóricos (OKIN, 2018, p.307).

Nesta lógica, os homens seriam responsáveis pelas ocupações da esfera pública, ou seja, o Estado, e as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada, como a família, a vida íntima e doméstica, e por isso, seriam “naturalmente inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (OKIN, 2018, p.308).

Ainda hoje, na teoria política, muitas correntes dominantes utilizam os conceitos sobre a esfera pública e privada de forma a colocá-los como completamente opostos um do outro, como se um fossem suficientemente separados, perpetuando a ideia de que são tão diferentes a ponto de serem abordados e discutidos de forma isolada.

Neste aspecto, é importante acrescentar a visão de Hannah Arendt e Jürgen Habermas sobre a construção destas esferas, uma discussão muito bem elaborada por Lucas Correia Carvalho (2008), que será utilizada neste trabalho.

Arendt considera ter havido uma diluição das fronteiras entre a esfera pública e privada na era moderna, em alguns momentos ela chama de indistinção, declínio, e por vezes até considera uma invasão de uma à outra. Como causa deste movimento estão as novas formas de sociabilidade, denominadas pela autora de “esfera social”, o que ela considera não ser um fenômeno nem público, nem privado,

e coincide com o surgimento da era moderna, encontrando sua forma política no estado nacional (ARENDR, 2004 apud CARVALHO, 2008).

Arendt constrói sua teoria com base no conceito de *vida activa*, em que designa três diferentes atividades: o labor, o trabalho e a ação (ARENDR, 2007). Dentre elas, a ação é a única atividade exercida diretamente entre os homens, corresponde à pluralidade da condição humana. É “especificamente a condição [...] de toda a vida política (ARENDR, 2007, p.15). Apesar de a princípio a autora não mencionar o discurso como componente da vida *activa*, “[...] coloca-o como intrinsecamente ligado a ela e à vida na polis, na qual “tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência” (ARENDR, 2004 apud CARVALHO, 2008, p.40).

A autora caracteriza a esfera pública como o mundo da revelação e da alteridade, ou seja, de revelar-se para a pluralidade e descobrir os outros, ao passo da convivência com o que é distinto no outro (ARENDR, 2004 apud CARVALHO, 2008), e para adentrá-la, deve descomprometer-se com as tarefas da família e da esfera privada, estando assim livre de tarefas monótonas e repetitivas para poder “viver entre seus pares” e “lidar somente com eles” (ARENDR, 2004 apud CARVALHO, 2008). Para Arendt a “era moderna” e o “mundo moderno” caracterizam-se, sobretudo, pela radical transposição das atividades privadas para a esfera pública [...]” (CARVALHO, 2008, p.42).

Jurgen Habermas parte de uma perspectiva burguesa para demonstrar o processo histórico em que as esferas pública e privada surgiram. Em seu livro “Mudanças Estruturais da Esfera Pública”, o filósofo retoma a expansão do modo capitalista financeiro e mercantil e reconhece que o aparecimento dessas esferas está atrelado tanto à esta expansão, quanto ao desenvolvimento de novos meios de troca e informação, como por exemplo, o correio e a imprensa. (HABERMAS, 2004 apud CARVALHO, 2008).

Para o autor, os termos (público e privado) se trata de uma utopia da burguesia europeia iluminista, criada com base na esfera pública helênica e na ideologia liberal (HABERMAS, 1984 apud PEDRO, 1995). Devido à complexificação das relações comerciais e a extensão do câmbio em âmbito nacional e internacional em diversos países, o Estado acaba por centralizar uma burocracia com o objetivo de controlar as finanças e coordenar o exército nacional. A burguesia, naquele momento, uma classe em expansão de poder econômico e organização política,

começou a exercer pressão por mudanças e a se organizar à margem do Estado, já que a nobreza e o clero tentavam limitar seu poder à esfera econômica. Tal situação não poderia perdurar, devido à fortuna acumulada pela classe, o que os levou a reivindicar espaço político e participação em decisões que os impactavam, principalmente em relação à intervenção do Estado na economia e cobrança de taxas e impostos (HABERMAS, 2004 apud CARVALHO, 2008).

Nesse sentido, o espaço público nasceu à margem das instituições públicas, nas reuniões para discutir as decisões governamentais. Assim

surgiram os cafés literários ingleses no século XVI e os salões franceses no século XVII, defendendo a liberdade econômica e atacando o princípio de dominação vigente baseado na origem nobre. Entre as esferas do Estado e da economia, esses espaços públicos traçaram o caminho dentro de uma sociedade decadente para uma nova ordem emergente. Assim, na luta contra o absolutismo e o mercantilismo, “o poder público se consolida em algo antiético e que apenas é tangenciável por aqueles que lhe são meros subordinados e que, de início, só encontram nele a sua própria definição negativa (HABERMAS, 2004 apud CARVALHO, 2008, p.45).

A esfera pública caracterizou-se, portanto, para Habermas, num primeiro momento, pela livre discussão, a argumentação mútua entre participantes, com o objetivo de atingir um consenso nas decisões.

Ou seja, tais ideias remontam a tradição da teoria liberal, em que o privado se refere à esfera íntima ou na qual a interferência do Estado requer justificativa, enquanto a esfera pública é vista de forma mais acessível (OKIN, 2008).

Essas discussões, entretanto, só são plausíveis se forem ignorados argumentos feministas muito persuasivos, que colocaram os estudos sobre gênero como uma categoria de análise e, a partir disso, levantaram novas questões sobre a forma como se distinguem as esferas pública e privada (OKIN, 2008).

O conceito de gênero, segundo Okin

refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, 2008, p. 306).

Ao falar de gênero, Susan Okin está citando Joan Scott, que explica que o uso deste termo se refere a uma defesa de que os estudos sobre mulheres, como uma área acadêmica, transformariam os paradigmas disciplinares, não apenas

adicionando um novo tópico, mas forçando “um reexame crítico das premissas e padrões dos trabalhos acadêmicos existentes” (SCOTT apud OKIN, 2008, p. 7).

Em seu trabalho “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Joan Scott discorre sobre a transformação dos estudos sobre as mulheres em estudos de “gênero”, trazendo argumentos da importância histórica de se “descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, (e) encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (DAVIS apud SCOTT, 1995).

Nesse processo, o reconhecimento da história das mulheres pelos historiadores e historiadoras não feministas se deu logo antes de um “confinamento ou rejeição a um domínio separado” com argumentos que variavam entre o fato de as mulheres terem tido histórias separadas, e portanto, faria sentido deixar que “as feministas (fizessem) a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica” (SCOTT, 1995, p.74).

Argumentos como esse reiteram as defesas de Susan Okin, quando ela afirma que as “[...] análises e descobertas feministas sobre gênero são de importância crucial para a teoria política, e afetam em particular sua contínua sustentação sobre a dicotomia público/doméstico” (OKIN, 2008, p. 312).

Então, apesar de o renascimento da teoria política normativa e do feminismo serem contemporâneos, e de este renascimento ter se dado num momento de enormes mudanças na família, os estudos dessa segunda corrente, na teoria política, tendem a ser marginalizados, bem como os debates centrais da teoria política quase não têm prestado atenção à família e aos desafios do feminismo recente (OKIN, 2008).

Debruçando-se sobre o assunto, na teoria liberal, o termo “privado” refere-se a uma ou mais esferas da vida social em que as interferências e intrusões precisam ser justificadas (OKIN, 2018); já o “público” aponta para uma ou algumas esferas “vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis” (OKIN, 2008, p. 306). A ambiguidade, já mencionada anteriormente neste trabalho, vem do fato de existirem ao menos duas distinções conceituais sobre o uso dessa terminologia: a primeira delas utiliza-os para referir-se à distinção entre Estado e sociedade, sendo a distinção entre propriedade pública e privada um exemplo; já a segunda discorre sobre a distinção entre vida doméstica e não-doméstica.

1.2 - A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO EVANGÉLICO NA CONSTRUÇÃO DO IDEAL FAMILIAR

Segundo Hall, a corrente de pensamento evangélica exerceu grande influência sobre a lógica da separação dos papéis da mulher e do homem em diferentes esferas no século XIX, pois afirmava-se que “cada sexo, diferente por natureza, possuía suas características próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso” (HALL, 1991, p. 59).

Essa corrente de pensamento se originou de várias décadas de luta intelectual em que o papel do evangelismo foi considerável (HALL, 1991), com a intenção de redefinir “novos valores e relações autênticas entre homens e mulheres” (HALL, 1991, p. 55). Essa reformulação na época foi um movimento em contraposição ao metodismo, pois enquanto este era direcionado especificamente para as classes mais baixas, aquele visava a purificação e transformação da elite burguesa por meio de valores cristãos, de forma a exaltar o papel da família como centro dos valores da sociedade (HALL, 1991). Esses valores incluíam ideias de um mundo pecaminoso, que era preciso rejeitar, e viver a nova vida em Cristo. Os valores domésticos foram então ressaltados” (HALL, 1991).

Um famoso livro da época “Coelebs”, escrito por Hannah More, exemplifica a concretização da divisão dos papéis quando narra a história de um jovem cristão que perde seu pai e, em busca de uma esposa, acaba por se refugiar no meio rural, um local de virtude para os evangélicos. Mr. Stanley torna-se então um pai de família,

patriarca, cristão modelar, (que) possui todas as virtudes necessárias para uma nova forma de virilidade, segundo os critérios dos evangélicos. [...] Dono de seu trabalho e chefe de família, ele detém a autoridade, mas deve exercê-la de maneira cristã. Quanto a Mrs Stanley, ela ajuda o marido, ensina as filhas a serem boas esposas e boas mães, dirige a casa com brandura e rigor e pensa nos pobres. Tais eram os deveres de uma senhora cristã (HALL, 1991, p.59).

A obra direciona o pensamento evangélico da época. Nesta, “o homem cuidava da vida pública; a mulher, por seu lado, era o centro do lar e da família. Eles acreditavam firmemente que o homem e a mulher nasciam para ocupar esferas

diversas. Era uma regra da natureza, confirmada pelo costume e pelas relações sociais.” (HALL, 1991, p. 59).

Questiona-se, entretanto: Qual a relação entre um pensamento evangélico e cristão, que teve grande influência sobre o pensamento burguês, no Ocidente no século XIX, com a consolidação de um golpe orquestrado via impeachment, que teve como vítima a primeira presidenta mulher no Brasil, em agosto de 2016?

Para responder a essa pergunta, é possível lembrar, por exemplo, a argumentação utilizada por vários parlamentares durante a votação da abertura do processo de Impeachment na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016. “Na votação da admissibilidade do impeachment, foram citadas tanto a família do deputado como a família de um lugar, do Brasil, ou simplesmente ‘a família’, como conceito” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 5). Por exemplo, o Deputado Pastor Eurico de Pernambuco, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), atualmente incorporado pelo Podemos (TSE, 2019), de Pernambuco, quando foi anunciar seu voto, afirmou que “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é ‘sim” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 6).

Além dele, outros deputados fizeram uso dessa lógica narrativa, como Arnon Bezerra, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Segundo ele,

Na dificuldade, nós não podemos nos eximir da responsabilidade. Consciente da minha decisão, em nome da minha família, do povo de Juazeiro, do Crato, de Barbalha, da maioria do Cariri e da maioria do Ceará, em homenagem ao povo nordestino e respeitando a decisão do povo brasileiro, o meu voto é ‘não’ (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p.5).

Os estudos de Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro em 2018 tiveram o objetivo de

[...] codificar as justificativas parlamentares durante a votação do impeachment no plenário da Câmara dos Deputados para entender ou sistematizar “os diferentes valores e concepções políticas e culturais que eventualmente podem nortear o desempenho parlamentar dos representantes do povo na Câmara dos Deputados, especialmente num momento de crise” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p.2).

Ambos procuraram entender o histórico da chegada na política da Frente Parlamentar Evangélica, ou “Bancada Evangélica” (modo como é reconhecida pela mídia, pela literatura científica e até por seus próprios membros), que se deu como uma consequência da “secularização que retirou do catolicismo sua histórica prerrogativa de religião social, cultural e politicamente dominante” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 2). Sua chegada ao Congresso Nacional motivou-se pela preocupação em garantir privilégios antigamente concedidos ao catolicismo, mas também pelo medo de uma

[...] legitimação pela lei maior de avanços sociais que ocorriam à margem da religião em benefício de grupos excluídos e seus movimentos sociais, que desenhavam novos costumes e valores. Os evangélicos se dispuseram a agir na feitura da lei para evitar, por exemplo, que fosse inscrita na Carta Magna do país a defesa dos homossexuais, dos comunistas, das feministas, da liberalização do aborto, do uso de drogas e outros temas contrários à moral pregada por suas igrejas” (PRANDI; LUIZ CARNEIRO, 2018, p. 3).

É visível, nesta história, a preocupação com a manutenção de espaço na vida política, mas também na moral e nos costumes que influenciam a sociedade brasileira. Em seus estudos, Prandi e Carneiro explicitaram o fato de que os membros da Bancada Evangélica pertencerem a diferentes partidos e diferentes igrejas, que muitas vezes competem entre si e não votam, necessariamente, de forma alinhada em todas as pautas políticas. Seu alinhamento ocorre, geralmente, em “temas afeitos à moral sexual e outras questões da intimidade” (PRANDI; CARNEIRO apud PRANDI; SANTOS, 2017). Apesar disso, é possível reconhecer que a Bancada votou em bloco a favor da admissibilidade do Impeachment (PRANDI; CARNEIRO, 2018) e que sua posição de favorabilidade ao Impeachment “foi mais incisiva que a da parcela dos deputados não evangélicos” (PRANDI; LUIZ CARNEIRO, 2018, p. 2), em um tema em que geralmente não se esperava que votassem em bloco (PRANDI; CARNEIRO, 2018).

A conclusão dos pesquisadores, após uma análise detalhada dos discursos proferidos naquele dia, “confirmam o efeito da religião no discurso (como aconteceu no próprio voto), indicando justificativas menos democráticas e mais tradicionais quando o voto é pelo impeachment e quando o deputado é de religião evangélica” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 15).

Os deputados não foram os únicos autores de discursos marcados pelo cristianismo ou pela família. Pode-se perceber algumas expressões marcadamente

cristãs em reportagens escritas por autores da Revista Veja quando falam sobre o golpe legitimado por um processo de Impeachment.

Apesar de a Revista Veja não ter dedicado uma edição para discorrer sobre as motivações e os discursos pronunciados na votação do Impeachment no Congresso Nacional, cita um trecho do pronunciamento do deputado Eduardo da Fonte, na reportagem “Os últimos dias de Dilma Rousseff”. Foi escrita por membros da Redação e veiculada no dia 6 de maio de 2016, em que retratam Dilma como uma figura incapaz de criar uma base aliada, consequência de uma não preocupação em agradar ministros e parlamentares próximos a ela. O Deputado, que havia se colocado como aliado no dia anterior, disse “sim” ao afastamento da ex-Presidenta com os argumentos “pela minha família e pedindo que Deus abençoe este país” (VEJA, 2016).

Outra reportagem, escrita por Laryssa Borges, Marcela Mattos e Felipe Frazão, relata, na visão dos autores, a incapacidade de Dilma, Lula e o PT de articularem votos na câmara para obterem a quantidade necessária para que o processo de impeachment não fosse à frente. Com o título: “Câmara aprova o processo de impeachment contra Dilma Rousseff” (BORGES; MATTOS; FRAZÃO, 2016), a matéria é iniciada com a expressão “Há um tempo para tudo debaixo do céu” (BORGES; MATTOS; FRAZÃO, 2016), com clara referência à expressão bíblica: “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu.” (ECLESIÁSTES, 3:1), os autores seguem a mesma justificativa para ligar com o fato de que, naquele dia, 17 de abril de 2016, “trouxe o tempo de Dilma Vana Rousseff e seu partido, o PT, se haverem com as consequências da crise econômica e política que semearam” (BORGES; MATTOS; FRAZÃO, 2016), fazendo uma clara alusão àquele episódio como um marco de justiça perante a população brasileira e à Deus.

Tais ideias podem ser observadas também na reportagem, escrita pela Redação da Revista Veja, veiculada no dia 28 de junho de 2016, com o título “Impeachment pode marcar uma nova onda de valorização do real” (VEJA, 2016) busca uma abordagem parecida quando afirma:

Se sacramentado o impeachment, o otimismo seria alimentado por mudanças estruturais na área fiscal, como a aprovação pelo Congresso do teto de gastos públicos vinculados à inflação e o lançamento de uma proposta de reforma da Previdência Social. A confiança tende a elevar a

demanda por títulos nacionais, especialmente de renda fixa, mas também por ações (VEJA, 2016).

Ao utilizar a palavra “sacramento” para descrever um resultado favorável ao processo de Impeachment, os autores remetem o tal processo a rituais e ordens de caráter cristão. “[...] A comunhão das ‘coisas santas’ refere-se aos sacramentos, enquanto, no latim, significa a comunhão dos mesmos meios de santificação, pois é indiscutível que os sacramentos constituem objeto de fé” (ZILLES, 2005, p. 15).

Prandi e Carneiro, na conclusão de seu trabalho sobre o discurso proferido pelos deputados, argumentam que

[...] foi seguido de um ato político de consequências notáveis. Não se tratou do discurso pelo discurso, da simples afirmação de identidade política e mesmo de bravata parlamentar, mas do envoltório ideológico, ainda que simples e nem sempre decisivo e verdadeiro, de uma ação capaz de alterar os rumos do governo, com todas as reorientações que isso pode acarretar termos sociais, econômicos e, evidentemente, políticos, com efeitos de âmbito nacional e internacional (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 14).

Hall interpreta o uso das ideias cristãs no século XIX como não só parte de um compromisso religioso, “mas também numa transformação das condições materiais da vida que apenas acentuava uma divisão de trabalho mais nítida entre os sexos” (HALL, 1991, p.62). Quando descreve as relações firmadas entre homens e mulheres naquela época, afirma que as visões de Hannah More, autora do livro “Coelebs”, já mencionado, que idealizava um mundo “civilizado”, assumiu a forma de residências burguesas.

O compromisso religioso de criar um novo modo de vida, que possibilitava um cuidado constante com a vida espiritual e exigia que os membros da casa fossem praticantes, encontrou sua concretização material na progressiva separação e demarcação dos trabalhos masculino e feminino. Enquanto os homens tinham a oportunidade cada vez mais frequente de ampliar e diversificar os setores de suas empresas e se definiam por suas profissões e atividades públicas, as mulheres se distanciavam desse mundo e faziam da maternidade e da administração doméstica uma profissão (HALL, 1991, p. 70).

A importância de tal afirmação é inegável: coloca a separação das esferas pública e privada e dos papéis nelas exercidos como construção de uma sociedade de ideias ocidentais, burgueses e cristãos. Ela não se dá de forma natural, mas sim, a partir de construção prática de ideias com um viés parcial.

1.3 A TRADIÇÃO OCIDENTAL DE VIOLÊNCIA ÀS FIGURAS FEMININAS

Ao mencionar a construção ocidental desta visão, Mary Beard é altamente assertiva, quando traz à memória a um dos grandes clássicos do início da literatura ocidental, “A Odisseia” de Homero, que remonta “o primeiro exemplo registrado de um homem mandando uma mulher “calar a boca” e afirmando que a voz dela não deveria ser ouvida em público” (BEARD, 2018, p. 9).

A Odisseia, além de ser a épica história das aventuras de Ulisses depois da Guerra de Troia, é também a história de Telêmaco, seu filho com Penélope. A narrativa passa por seu amadurecimento como homem e o silenciamento parte dele, quando sua mãe, por não gostar de uma música que tocava no saguão do palácio, pede para que o músico troque o tema. Telêmaco, nesse momento, intervém: “Mãe — diz ele —, volte para seus aposentos e retome seu próprio trabalho, o tear e a roca [...]. Discursos são coisas de homens, de todos os homens, e meu, mais que de qualquer outro, pois meu é o poder nesta casa” (BEARD, 2018, p. 9).

Esta é uma demonstração concreta de que, desde o começo, a literatura ocidental apresenta provas de que as mulheres não eram ouvidas em âmbito público. É também prova de que, na visão de Homero, o amadurecimento do homem estava atrelado a sua capacidade de assumir controle das vozes públicas e controlar e silenciar as vozes femininas (BEARD, 2018). Sua fala também tem sentido no tipo de conversa que cada figura, masculina ou feminina, é passível de exercer.

As próprias palavras ditas por Telêmaco também são significativas. Quando ele diz que “discurso” é “coisa de homem”, a palavra é *muthos*, não no sentido que chegou até nós, de mito. No grego homérico, *muthos* define o discurso público abalizado, não o tipo de conversa, tagarelice ou fofoca a que qualquer pessoa – inclusive as mulheres, ou em especial as mulheres – poderia se dedicar. (BEARD, 2018, p. 9).

Debruçando para entender a relação entre esse momento homérico de silenciamento da voz feminina e a forma como algumas mulheres não são publicamente ouvidas na cultura e na política contemporânea, Beard busca refletir sobre como a desqualificação de Penélope por Telêmaco, e o abuso a que algumas mulheres são submetidas hoje quando se manifestam. Ela encontra outros exemplos em outra obra da mitologia grega, “Metamorfoses de Ovídio”, que retrata histórias

em que mulheres eram transformadas em animais que não podiam falar como alguma forma de punição.

A pobre Io é transformada pelo deus Júpiter numa vaca e, assim, não pode falar, só mugir; enquanto a tagarela ninfa Eco é punida de modo que a própria voz nunca mais seja dela mesma, e sim mero instrumento de repetição das palavras alheias. No famoso quadro de Waterhouse, ela olha para seu adorado Narciso, mas é incapaz de conversar com ele, enquanto ele – o “narcisista” original – se apaixonava pela própria imagem no lago (BEARD, 2018, p. 14).

Em sua busca, Beard encontra os estudos de um antologista do século I d.C. que conseguiu reunir dois exemplos de mulheres que, segundo ele, eram incapazes de serem silenciadas por conta de sua natureza. A primeira delas, Mécia, que conseguiu defender-se nos tribunais, fora caracterizada como uma figura andrógina, ou seja, seu sucesso veio do fato de ter uma “natureza masculina” por trás da aparência feminina. A outra, Afrânia, era tida como insolente por instaurar processos legais e advogar por si mesma, mas sua fala era comparada a “latidos” e “grunhidos”, ou seja, não tinha direito à “fala” humana. Elas foram descritas como aberrações antinaturais, pois, o discurso público e a oratória não eram somente coisas que mulheres não faziam, eram também práticas e habilidade definidoras da masculinidade como gênero, ou seja, uma mulher que falasse em público não era, por definição, uma mulher (BEARD, 2018).

Em seus dois mandatos como Presidenta da República, e até mesmo quando já não mais o exercia, ao final do golpe legitimado via Impeachment, Dilma Rousseff foi alvo de diversas violências que questionaram sua capacidade de governar, muitas vezes com argumentos focados em aspectos da feminilidade, como a roupa que utilizava. A reportagem transcrita a seguir é um desses exemplos.

Com o título “Internautas não perdoam o visual de Dilma”, Mariana Zylberkan escreve uma curta reportagem sobre como a opinião pública, explicitada no Twitter, não teria perdoado a ex-Presidenta pela roupa que vestia no dia em que fez a sua defesa na Câmara do Senado, em 29 agosto de 2016. A reportagem foi publicada no mesmo dia na coluna “POP! POP! POP!” do blog da Revista Veja, São Paulo. No subtítulo, a autora, assim como os internautas, compara o terno que Dilma vestia com as estampas usadas em sofás e tapetes.

Após dois parágrafos explicitando a mesma ideia já exposta no título e no subtítulo, e somando a menção de Monica Waldvogel - apresentadora da Globo

News - no Twitter, que achou uma “escolha interessante” o fato de que a roupa usada era a mesma no início de seu segundo governo. A reportagem segue com imagens de postagens que zombam da escolha da vestimenta de Dilma.

A primeira delas, do usuário “Eduardo cunha votando sim”, escreve: “Dilma saiu correndo de casa e pegou a cortina achando que era o vestido”. O post contém, além do escrito, uma foto de Dilma discursando, com dois microfones à sua frente, num enquadramento em que pode ser visto seu terno do busto para cima, o que pode ser visto na figura 1.

Figura 1 - Postagem no Twitter sobre a vestimenta de Dilma Rousseff durante sua defesa no processo de Impeachment

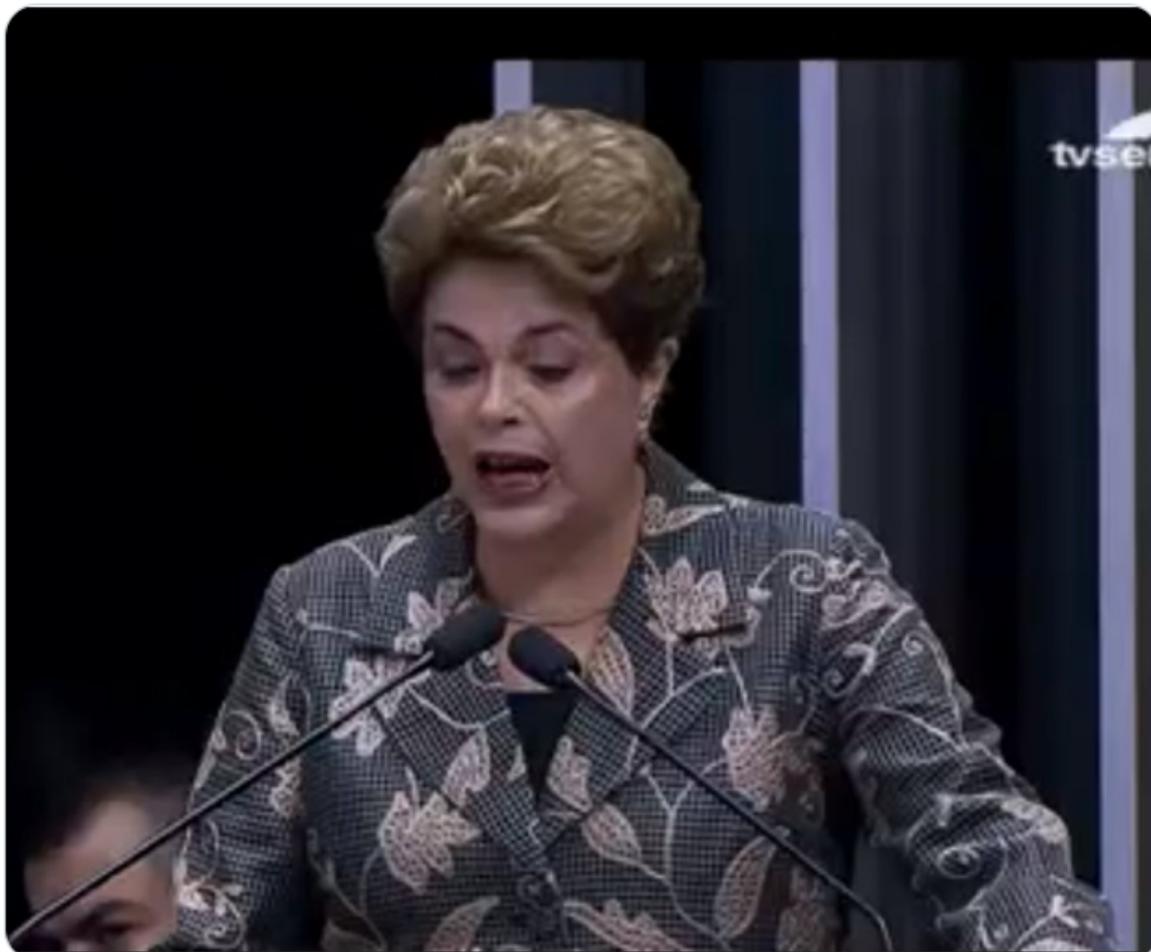


eduardo cunha votando sim

@lzkowa



dilma saiu correndo de casa e pegou a cortina achando que era o vestido



10:00 AM · 29 de ago de 2016



1



2



Compartilhar este Tweet

Fonte: Revista VEJA SP (2016).

Outros comentários também foram explicitados, como “essa roupa da Dilma dá uma bela de uma cortina, né?” de Raul Oliveira (VEJA SP, 2016), e “A roupa da Dilma tá parecendo a toalha de mesa da minha vó”, de CAROLINE (VEJA SP, 2016).

A reportagem é finalizada com mais duas postagens de usuários do Twitter, sem que a autora fizesse qualquer consideração sobre o que foi escrito. A propagação dos comentários, seguida pela ausência de crítica, dá a entender que a autora está em concordância com o que foi dito. A visão compartilhada entre eles pode ser resumida na ideia de incapacidade, neste caso, de escolher sua própria roupa. Ela não é exclusiva desta reportagem, pelo contrário, está mencionada direta e indiretamente em diversas outras matérias que foram escritas durante o processo de *Impeachment* do qual a ex-Presidenta foi vítima.

Retomando a reportagem pela qual este capítulo foi iniciado, é possível perceber uma enorme diferença na forma como Marcela Temer foi retratada por Juliana Linhares, na mesma Revista. Enquanto Dilma é apontada como incapaz de vestir-se, e sua capacidade de performar seu gênero designado ao nascer é questionada, Marcela é ressaltada pelo uso de vestidos na altura do joelho. Enquanto uma tem sua feminilidade e capacidade questionada, a outra é nomeada como “Bela, recata e do lar” (LINHARES, Veja, 2016), ou seja, é lida como exemplar. Nos estudos de Hall, Marcela pode ser lida como uma “esposa exemplar”, por exercer as tarefas designadas ao lar, à família, e à expectativa de feminilidade. Enquanto Dilma, nos estudos de Mary Beard sobre a tradição ocidental na Grécia Antiga, não seria considerada, por definição, uma mulher, por estar discursando publicamente.

Assim como na literatura da Grécia Antiga trazida por Beard, a forma como Dilma é retratada nesta, e em inúmeras reportagens, veiculadas pela Revista Veja, pode ser vista como uma simples soma entre fatores: o primeiro deles é a construção de ideias em que a masculinidade está atrelada ao público, e a feminilidade, ao privado, e de que, fora destes papéis, o sujeito, homem ou mulher, não se legitima; o segundo, a tentativa de uma mulher ocupar outro espaço fora do privado. O resultado é a violência sofrida por estas, na forma - não exclusiva - de silenciamento.

Não exclusiva pois inúmeras são as consequências que essa ideologia tem na vida das mulheres. Essas noções são centrais, por exemplo, para entender a situação de dependência financeira e subordinação à vida privada em que as mulheres foram colocadas no século XIX, explicitada por Silvia Federici. Em seu livro “O patriarcado do salário: críticas feministas ao marxismo”, Federici dedica a introdução para abordar a naturalização das tarefas domésticas serem executadas

pelas mulheres como uma forma de disciplinamento que se construiu socialmente no final do século XIX. Em sua crítica a Karl Marx, ela e outras feministas apontam o problema de o autor ter analisado o trabalho e a exploração da perspectiva do trabalhador assalariado de indústrias, fábricas, mercadorias, do sistema de salário, mas não elucidando as atividades centrais para a reprodução da vida humana, como o trabalho doméstico, a sexualidade, a procriação. Ou seja, numa visão feminista, Marx deixou de analisar a forma de exploração das mulheres na sociedade capitalista moderna, numa sociedade em que o trabalho atua como fonte principal da produção de riqueza, como a fonte da acumulação capitalista (FEDERICI, 2018).

Esse não reconhecimento da reprodução, do trabalho de cozinhar, de limpar, e de procriar como trabalho teve consequências. Uma delas é o fato de ele "não ter se dado conta de que enquanto escrevia 'O Capital', desenvolvia-se um processo de reforma histórica que [...] levou à construção da família proletária nuclear" (FEDERICI, 2018, p. 16). Marx defendia que o desenvolvimento industrial promoveria uma relação mais igualitária entre homens e mulheres, entretanto, o que se construiu nos finais do século XIX foi a introdução do salário familiar e como consequência, as mulheres foram rechaçadas e enviadas de volta para casa, convertendo-se em trabalhadoras domésticas dependentes do salário de seus maridos. Esta dependência é denominada, por Federici, como o patriarcado do salário:

[...] através do salário se cria uma nova hierarquia, uma nova organização da desigualdade: o homem tem o poder do salário e se converte no supervisor do trabalho não assalariado da mulher. E tem também o poder de disciplinar. Esta organização do trabalho e do salário, que divide a família em duas partes, uma assalariada e outra não assalariada, cria uma situação onde a violência é sempre latente (FEDERICI, 2018, p. 17).

Ao passo em que isso acontecia, essa nova construção de família permitiu um desenvolvimento capitalista antes impossível. Por um lado, o trabalhador foi pacificado após anos de rebeliões trabalhistas, porque apesar de explorado, tem uma empregada; por outro lado, ele se torna um trabalhador mais produtivo (FEDERICI, 2018).

Já Cynthia Enloé, em seu livro *Bananas, Beachs and Bases: Making feminist sense of international politics* ressalta outro grande exemplo do silenciamento e invisibilização das mulheres. Ela retrata a realidade das mulheres que trabalham na

política internacional, e são muitas vezes consideradas como “móveis de casa”, ou seja, parte de um cenário, mas não essencial. Segundo a autora, molda o próprio entendimento sobre quem são os atores da política internacional, e certamente, em um olhar não-feminista, elas não o são (ENLOÉ, 2014).

Mulheres que, por exemplo, trabalham como secretárias de ministros das relações exteriores, normalmente são tratadas por comentaristas políticos como pouco interessantes. Elas, porém, têm tido um papel significativo em eventos internacionais, como a elucidação de um acordo que expôs uma intervenção militar estadunidense clandestina na Nicarágua na década de 1980; ou até mesmo mulheres empreendedoras alemãs, britânicas e holandeses, que trabalharam na recém-formada Liga das Nações (ENLOÉ, 2014). Elas

[...] desbravaram caminhos não só por serem as primeiras trabalhadoras ali dentro, mas por serem mulheres buscando suas próprias carreiras fora de casa. Se certificaram de que os documentos fossem produzidos e arquivados de forma profissional, o que permitiu que hoje fosse possível reavaliar a Liga não somente como um lugar para prevenir guerras, mas também para promover a justiça social internacional. Essas mulheres não pensavam em si mesmas como móveis de casa (ENLOÉ, 2014, p. 4, tradução própria).

Apesar de algumas mulheres não terem recebido o tratamento de “móveis de casa”, como Hillary Clinton, Angela Merkel, Michelle Bachelet, uma investigação feminista da história aponta claramente que existem muitas outras mulheres envolvidas e que são atoras na política internacional (ENLOÉ, 2014).

Susan Okin aponta para a ausência de noção de que os membros subordinados à família teriam direito à própria privacidade. Como ela coloca, os estudos feministas revelaram, desde o princípio do liberalismo no século XVII, é que “tanto os direitos políticos e os direitos pertencentes à concepção moderna liberal de privacidade e do privado, têm sido defendidos como direitos dos indivíduos; mas esses indivíduos foram supostos [...] como adultos, chefes de família masculinos” (OKIN, 2008, p. 308). Isso colaborou para a noção de que, além de estarem livres da intervenção estatal, da igreja, ou outras instituições, também estavam livre de intervenções em suas ações de controle sobre os membros da esfera de vida privada (OKIN, 2008).

Essa questão tem como consequência a consideração de que a família não é política e, por isso, não tem sido discutida na maior parte dos trabalhos de teoria

política hoje. Ela crítica então o fato de os teóricos não abordarem a família quando pressupõem sujeitos homens maduros e independentes. Em outros casos, porém, a família é considerada como base de sustentação para outros aspectos da vida, até mesmo vida pública e política (OKIN, 2008).

Na discussão em sequência, sobre a falsa neutralidade de gênero, ela afirma que:

[...] antes utilizava-se o termo masculino pois referia-se aos homens. Entretanto, atualmente os autores vêm tentando utilizar termos neutros como “alguém”, “ele e ela”, “os mesmos”. Entretanto só acrescentam esses termos a ideias que já abordam realidades masculinas (OKIN, 2008, p. 309).

Essas falhas na forma de considerar a família e o uso da linguagem neutra em relação ao gênero resultam em negligência contínua em relação ao tema do gênero, que é profundamente político (OKIN, 2008). A linguagem empregada não altera a questão abordada por esses teóricos, que falam apenas sobre homens e

sobre aquelas mulheres que conseguem, a despeito da estrutura de gênero da sociedade em que vivem, adotar padrões de vida que se desenvolveram adaptados aos homens. O fato de que os seres humanos nascem como crianças dependentes, não como os supostos atores autônomos que povoam as teorias políticas, é obscurecido pela pressuposição implícita de famílias generificadas, operando fora do âmbito das teorias políticas. Em grande medida, a teoria contemporânea, como no passado (ainda que de maneira menos óbvia), é sobre homens que têm esposas em casa (OKIN, 2008, p. 311).

São muitas, portanto, as violências derivadas do silenciamento e da invisibilização das quais as mulheres são vítimas. O atual estudo, entretanto, se dispõe a estudar uma violência específica: a violência política de gênero.

Essa violência toma esta forma por ser uma expressão a mais da violência destinada exclusivamente às mulheres que restringe e anula os direitos políticos e humanos das mulheres, especialmente quando se pensa no direito de viver uma vida livre de violências. Essa violência se manifesta tanto na América Latina como em outras regiões do mundo, tendo como motor essencial o componente de gênero na expressão da violência, no espaço político eleitoral (ALBAINE, 2017). “Em outras palavras, elas são direcionadas às mulheres simplesmente por causa de seu gênero” (ALBAINE, 2017, p. 7). É uma hostilidade que vem como um castigo ou censura às mulheres, “pela transgressão de atrever-se a participar do público, e é

muito mais severa naqueles casos em que elas se atrevem não só a ‘estar’, mas também a levar à agenda pública os problemas e a visão das mulheres” (ALBAINE apud HERRERA; ARIAS; GARCIA, 2017, p. 7-8).

Ela toma formas diversas, por meio de ameaças às candidatas à eleição e eleitas, na diferença da distribuição de tempo em rádios e televisões ou até mesmo na cobertura negativa durante campanhas eleitorais e no exercício de um cargo público. Nos obstáculos existentes que impedem o desempenho normal de suas tarefas, na proibição de se expressar, na difamação, na violência através dos meios e redes sociais, e muitas outras (ALBAINE, 2017).

Estas práticas compreendidas podem ser exercidas pelo Estado ou seus agentes, partidos políticos ou representantes dos mesmos, meios de comunicação, usuários de redes sociais, líderes de opinião, ou por qualquer pessoa ou grupo de pessoas de forma direta ou através de terceiros, independentemente de seu sexo (ALBAINE, 2017, p. 8).

Durante o processo de Impeachment, Dilma Rousseff foi vítima de diversas formas de violência política de gênero. Partindo dessa perspectiva é que será analisado, como objeto de pesquisa, a Revista Veja e suas reportagens veiculadas de forma online, pelo blog oficial, durante o período no qual o Impeachment foi concretizado: entre dezembro de 2015 e agosto de 2016. Esse trabalho debruça-se a entender se a Revista Veja, um dos maiores veículos de informação do país, foi responsável por exercer violência política de gênero em seus discursos contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff.

CAPÍTULO 2

O Golpe orquestrado via Impeachment do qual Dilma Rousseff foi vítima, pode ser visto como consequência de diversos fatores. A sequência dos fatos, que iniciou-se em dezembro de 2015, e concretizou-se em 31 de agosto de 2016 (SENADO, 2016), mostra um apoio crescente desde o primeiro momento até o final, tanto por parte dos parlamentares que participaram da votação, relatório e consequentemente, decisão do processo (SENADO, 2016), quanto de parte da população brasileira e da mídia, demonstrado pelas manifestações populares e as reportagens a favor do afastamento da ex-presidenta.

Tendo início no dia 2 de dezembro de 2015, segundo o site Senado Notícia, do Senado Federal, quando o Presidente da Câmara dos Deputados naquele momento, Eduardo Cunha, anunciou o acolhimento do pedido de Impeachment contra a presidenta, dando prosseguimento ao encaminhamento feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal (SENADO, 2016). Momentos antes, no mesmo dia, o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual Dilma Rousseff era filiada, havia declarado apoio ao processo de cassação de Eduardo Cunha no Conselho de Ética (SENADO, 2016).

Seguindo a linha do tempo, após o encaminhamento do processo, “em 8 de dezembro, o Plenário da Câmara elegeu, em votação secreta, uma chapa avulsa com nomes da oposição para compor a comissão especial que analisaria o pedido de Impeachment” (SENADO, 2016).

Neste mesmo dia, a Revista **Veja** publicou em seu blog, com autoria de Felipe Moura Brasil, uma matéria referente ao assunto. Ele inicia o texto com o título “Traz a pipoca! Comissão do impeachment é Brasil!”, o subtítulo “Petistas quebram urnas, mas oposição vence o autoritarismo no voto”, e duas imagens: a primeira, uma foto do falecido cantor Michael Jackson, com os olhos atentos como se estivessem assistindo algo que passa em uma tela, com escritos na imagem que dizem: “Traz a pipoca que está tendo muito Impeachment”; a segunda, uma foto do Congresso Nacional trazendo congressistas amontoados, com as mãos para cima, como se estivessem em meio a uma comemoração; pode-se identificar ao menos 8 ou 9 pessoas que performam feminilidade, porém a maior parte das pessoas são homens, de terno; um deles segura uma bandeira do Brasil, e outro segura uma imagem que parece fazer referência ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com

a expressão de susto e preocupação, e uma roupa que lembra homens em situação carcerária. Abaixo, a imagem descrita:

Figura 2 - Congresso Nacional na votação para Comissão Especial do Impeachment



Fonte: Revista Veja (2015).

O autor traz então o resultado da votação da chapa que formará a Comissão Especial que vai analisar o pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. A chapa dois, segundo o blog, “formada por deputados de oposição e dissidente da base aliada, venceu por 272 votos a 199 a chapa um, formada pelos cúmplices do desgoverno de Dilma Rousseff [...]” (MOURA BRASIL, 2015).

A palavra desgoverno, utilizada para caracterizar o exercício governamental de Dilma Rousseff, tem como significado, no Dicionário Online de Português (Dicio): mau governo ou administração; falta de governo ou desnorreamento; desordem.

O autor segue então, parabenizando os parlamentares que, segundo ele, “brandiram o boneco do Pixuleco” (MOURA BRASIL, 2015), fazendo referência ao boneco que representa o ex-presidente Lula, caracterizando-o, em sua escrita, como “o maior responsável pelo caos nacional” (MOURA BRASIL, 2015), e “cantaram “Ai, ai, ai, tá chegando a hora... a Dilma já vai embora” (MOURA BRASIL, 2015).

O uso da imagem do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a votação para a comissão do Impeachment de Dilma Rousseff, passa por uma compreensão de representatividade. A partir dela, pode-se entender que apesar do

processo referir-se à Presidenta naquele momento, sua imagem está diretamente vinculada a uma figura masculina. Neste caso, e em muitos outros, como será demonstrado ao longo deste trabalho, a vinculação dá-se à imagem do ex-Presidente. Também é interessante perceber que, um pouco antes de colocar Lula como o responsável pelo caos - apesar de, naquele ano, o governo Dilma ter completado 6 anos - o autor qualifica o exercício de poder de Dilma como um desgoverno.

Percebe-se, portanto, uma relação de causa e consequência entre as afirmações. O desgoverno, sinônimo de incapacidade de exercício político por parte de Dilma, é justificado por conta de uma responsabilidade detida por outrem. Neste caso, e em diversas outras expressões que permeiam as reportagens que cobriram o Impeachment de Dilma Rousseff, esse sujeito é um homem, e na maioria das vezes, é o ex-Presidente Lula.

Tal relação remete a uma lógica de dependência, consequência das ideias de separação de esferas e espaços de acordo com o gênero (HALL, 1991). Como já discutido no capítulo anterior, o entendimento de que o espaço público é masculino, e o privado, feminino, se desdobra em diversas violências das quais as mulheres são vítimas. Uma delas é a condição de subordinação e dependência à figura masculina, pontuada nas obras de Susan Okin, Silvia Federici e Catherine Hall. Como Hall elucida em *Sweet Home*, texto do primeiro capítulo do livro “História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra”, a experiência prática das “[...] diferentes esferas de ação masculina e feminina, o ‘pequeno círculo’ ocupado pela mulher, tudo isso significava que, em termos sociais, ela estava subordinada ao marido” (HALL, 1991, p.60). Na Inglaterra do século XVIII, “A masculinidade se baseava na capacidade do homem em atender às necessidades dos seus; a feminilidade de uma esposa e de suas filhas se fundava na dependência” (HALL, 1991, p. 70). Hall (1991, p. 64), destaca que além disso, “[...] as mulheres casadas nunca tinham tido o direito de firmar contratos, de abrir ou receber processos, de ter parte num negócio. Seu estatuto jurídico tornava os maridos responsáveis por elas perante a lei”.

Apesar de Dilma e Lula não compartilharem de uma relação conjugal, a associação entre suas figuras remete a uma construção de família cristã, em que o homem é o patriarca, viril, dono de seu trabalho e chefe de família, ou seja, quem detém a autoridade (HALL, 1991). A Inglaterra do século XVIII, descrita pela autora,

não parece tão distante quando as representações sociais e políticas supõem, em última instância, uma autoridade masculina.

Seguindo a reportagem sobre a Comissão do Impeachment, o autor afirma que este episódio “Foi uma vitória do Brasil, da democracia, do Estado de Direito, do respeito ao artigo 19 da Lei 1.079, que prevê eleição para a comissão especial” (MOURA BRASIL, 2015), citando, em seguida, tal artigo. Após isso, afirma que tanto Dilma, quanto seu partido, e suas “linhas auxiliares” (MOURA BRASIL, 2015), especialmente líderes na câmara que a defendem, sofreram uma perda. Ele faz então referência a Leonardo Picciani, o líder do PMDB na Câmara, que, segundo o autor, “defende Dilma contra o impeachment” (BRASIL, 2015) e o compara com outro parlamentar que, na época do impeachment de Fernando Collor de Mello, também o defendia. Ele afirma que o blog para o qual escreve, da Revista Veja, “torce para que o desfecho de todos seja o mesmo” (BRASIL, 2015).

Moura Brasil então deposita sua confiança na comissão, dizendo que caberá a ela “dar o parecer prévio sobre o pedido, que, como tudo indica, será favorável à derrubada legal de Dilma sapiens” (MOURA BRASIL, 2015). Durante o resto da reportagem, demonstra grande insatisfação com a oposição, de parte do Congresso, à votação ter ocorrido de forma secreta. Ele cita: “A comunista Jandira Feghali ainda ficou resmungando e gritando “golpe” no plenário após o resultado da votação [...]” (MOURA BRASIL, 2015).

Tal representação atual da fala de uma mulher num espaço público recorda os estudos de Mary Beard, sobre a representação feminina no início da tradição ocidental, na Grécia Antiga. Em seu livro “Mulheres e poder, um manifesto”, anteriormente citado no capítulo 1, a autora discorre sobre a construção da tradição ocidental baseada na diferenciação dos espaços em que homens e mulheres ocupam em relação ao que é público e o que é privado. Ela afirma, então, a importância da fala e do discurso público como construção da masculinidade, que traz inúmeras consequências, entre elas, a forma como as mulheres são retratadas e silenciadas ao discursar publicamente (BEARD, 2018).

Em seus estudos, Beard (2018, p. 13) conta que “um confiável antologista do século I d.C. conseguiu reunir apenas dois exemplos de ‘mulheres cuja natureza não era capaz de mantê-las em silêncio no Fórum’. Uma delas, Afrânia, “[...] costumava instaurar pessoalmente processos legais e era ‘insolente’ a ponto de advogar por si

mesma, o que fazia com que todos se cansassem de seus ‘latidos’ ou ‘grunhidos’ [...]” (BEARD, 2018, p. 14).

Segundo a autora, essa forma de retratar a fala das mulheres remetendo a barulhos não humanos, como latidos de cachorros, grunhidos de porcos ou javalis, significam que a elas não foi conferido o direito à fala humana (BEARD, 2018), ponto já mencionado no primeiro capítulo, mas que será aprofundado a seguir.

Esse comportamento pode ser observado tanto na literatura grega antiga (BEARD, 2018) como na escrita de Felipe Moura Brasil, colunista da Revista **Veja**, em 2015. A autora ainda pontua que outros autores clássicos também fazem tal demarcação, e insistindo em relacionar o tom e timbre da fala das mulheres a uma subversão da voz masculina, que ameaça a estabilidade social e política, bem como a saúde do Estado (BEARD, 2018). Ela aponta, então que esta não é uma ideologia única de uma cultura distante, pois apesar do longo espaço de tempo que a separa da atualidade, “[...] essa é uma tradição do discurso associado ao gênero – e a teorização do discurso relacionado ao gênero – da qual, direta ou, com mais frequência, indiretamente, somos ainda herdeiros” (BEARD, 2018, p. 21).

Para Beard (2018), existem muitos outros exemplos de que ainda se usam sons não-humanos para descrever o discurso das mulheres e a forma “estridente” e “queixosa” com a que se manifestam em público. Há importância nessas palavras, justamente porque

[...] sustentam um vocabulário que age para solapar a autoridade, a força e até o humor que uma mulher tem a dizer. Trata-se de termos que de fato recolocam as mulheres de volta na esfera doméstica (as pessoas ‘se queixam’ de coisas como lavar a louça); trivializam suas palavras, as ‘reprivatizam’ (BEARD, 2018, p. 29).

O reconhecimento de Beard sobre a presença, ainda atual, de uma tradição do discurso, no espaço público, relacionada ao gênero, e a consequência desta tradição na vida pública e privada das mulheres, sendo uma delas a tentativa de reprivatizá-las, é o grande tema no qual este trabalho pretende se aprofundar. Com o objetivo de responder à pergunta de partida deste trabalho, sobre a Revista **Veja** ter ou não cometido violência de política de gênero - conceito já explicado no capítulo anterior - contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff, este trabalho de final de Curso propõe-se a estudar 28 reportagens veiculadas de forma online pela revista, durante o período entre o qual se instaurou, analisou e julgou a condição de

Impeachment na qual findou-se o governo da ex-Presidenta. Tal período vai, temporalmente, do mês de dezembro de 2015, até 31 de agosto de 2016. Todas as reportagens podem ser acessadas, de forma online, desde que se tenha a assinatura online mensal.

A escolha do recorte de objeto de pesquisa deu-se pela veiculação de uma reportagem de alto alcance e popularidade: “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar”, escrita por Juliana Linhares no blog online da **Veja**, em 2016. Tal reportagem, como demonstrado no primeiro capítulo, reflete uma ideologia de feminilidade que se vincula às ideias dicotômicas apresentadas por Susan Okin, também no capítulo anterior, sobre tais esferas; entendendo que, nesta linha de raciocínio, existem, como elucidado por Mary Beard, Silvia Federici e Catherine Hall, comportamentos esperados das figuras femininas e das figuras masculinas, explicitados no capítulo 1.

Para encontrar tais reportagens, foram utilizadas, principalmente, as palavras-chave: “Veja”, “Impeachment”, “Dilma”. Outras como: “Comissão Especial”, “votação”, “Sérgio Moro”, “Lula”, também foram importantes na tarefa de encontrar os objetos de pesquisa.

Após a seleção dos textos, criou-se uma tabela para reunir as principais informações sobre eles, como título, link de acesso, a data em que foi escrita, o autor ou autora responsável e um resumo do conteúdo. Conforme a leitura dos textos foi feita, foram identificados alguns padrões referentes à significação da linguagem e expressões utilizadas na cobertura do processo. Foram percebidos 8 padrões relativos a comportamentos adotados pelos autores específicos ou pela redação da revista, nos quais foram categorizadas as reportagens. São eles: reportagens que mencionam Dilma; reportagens em que Dilma teve a oportunidade de se pronunciar; reportagens afirmando irracionalidade nas falas de Dilma; reportagens destacando o isolamento/falta de apoio de Dilma; reportagens vinculando a figura de Dilma a uma figura masculina; reportagens vinculando a figura de Dilma à figura de Lula; reportagens em que um homem se destaca como o único possível de salvar o governo ou o Brasil; reportagens em que Dilma é colocada como incapaz de exercer o seu cargo.

Das 8 categorias, 4 foram escolhidas para serem estudadas de perto. Foram elas: reportagens que mencionam Dilma; reportagens em que Dilma teve a oportunidade de se pronunciar; reportagens em que Dilma é colocada como incapaz

de exercer seu cargo; e reportagens vinculando a figura de Dilma a uma figura masculina.

Todos estes aspectos, apesar de terem sido separados em categorias a fim de serem analisados cientificamente, fazem parte de uma mesma lógica, ligada à vinculação da figura feminina à masculina na esfera pública. O espaço de fala a elas concedido, ou não, bem como a narrativa construída a seu respeito por meio de terceiros, e a ideia de incapacidade de exercício de poder na esfera pública são construídos a partir da visão que se tem sobre a masculinidade. A concessão de fala é feita por homens, já que detêm o poder, nessa esfera, tanto do discurso quanto de construir narrativas sobre as mulheres, sem a necessidade de que sejam consultadas. O mesmo pode ser dito sobre a visão de incapacidade na qual as mulheres são retratadas ali: quem de fato detém a capacidade para exercer esses papéis públicos são os homens, e não as mulheres, já que elas não pertencem a esta esfera, pois estão subordinadas ao espaço privado.

Por este motivo, a categoria sobre vinculação à figura masculina é a mais discutida neste trabalho. As fontes acadêmicas sobre tal assunto visam, principalmente, o quão dependentes dos homens são as mulheres no espaço público (e, muitas vezes, no espaço privado).

Abaixo, a tabela que relaciona os 4 padrões escolhidos para análise, com as reportagens selecionadas.

Tabela 1 - Análise das reportagens

Título das reportagens	Menciona Dilma	Dilma se pronuncia	Vincula a figura de Dilma a uma figura masculina	Dilma é colocada como incapaz de exercer seu cargo
Galeria de Fotos: manifestantes comemoram abertura do processo de impeachment	X		X	
Traz a pipoca: comissão do impeachment é Brasil	X		X	X
Saiba como votou cada ministro do Supremo	X			
13 de março: Juiz Moro, o herói dos protestos pelo país			X	
13 de março: marcha pró impeachment toma a avenida paulista	X		X	
31 de março: Porque Dilma é mais irresponsável do que Jango	X		X	X

Protestos contra Impeachment e a favor de Dilma reúnem dezenas de milhares em todos os estados	X	X	X	
Comissão da Câmara aprova processo de Impeachment	X			
Galeria de Fotos: Muro do Impeachment	X			
Câmara aprova processo de impeachment contra Dilma Rousseff	X		X	X
Marcela Temer: Bela, recatada e do lar				
Os últimos dias de Dilma Rousseff	X			X
Manifestações pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff	X		X	
Senado afasta Dilma do Planalto e interrompe projeto de poder petista	X			
Defesa de Dilma fala de desvio de poder contra lava jato e pede absolvição sumária em impeachment	X		X	
Preocupado com troca de votos, Temer quer desfecho breve para o impeachment	X			
Em oposição à Dilma, Temer afaga o Congresso e exalta harmonia	X			X
Senado vota nova fase do impeachment em 12 de julho diz relator	X			
Procurador diz que BB foi leniente e afirma que Dilma é responsável por pedaladas	X			X
Impeachment pode marcar nova onda de valorização do real	X		X	X
Boulos quer esquerdas nas ruas em 31 de julho, mesmo dia dos protestos pró impeachment	X			X
Moro Visitará o Congresso em dia de votação sobre o impeachment	X			
Conclusão do processo de impeachment de Dilma ficará para setembro	X			
Manifestantes saem às ruas em 10 estados e no distrito federal	X		X	
Relator na Comissão do Impeachment de Dilma dá parecer favorável a processo e defende julgamento final	X			
Internautas não perdoam o visual de Dilma	X			X
É um golpe, diz vice-procuradora da república sobre o impeachment	X			
Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT	X	X	X	

Fonte: Autora (2021).

2.1 CITAÇÕES SOBRE DILMA NAS REPORTAGENS DA REVISTA VEJA

O primeiro padrão percebido foi a quantidade de reportagens que mencionam Dilma Rousseff. Das 28 reportagens analisadas, 26 o faziam, ou seja, 92,3% das reportagens analisadas citam o nome de Dilma Rousseff ao menos uma vez. É importante mencionar esse fato, apesar de óbvio, pois tal dado nos ajudará a comparar, posteriormente, a quantidade de reportagens em que Dilma foi entrevistada, ou mencionada com citações diretas.

Seu nome, entretanto, foi mencionado mais vezes do que apenas uma em cada reportagem. Dos textos analisados, o que menos cita a ex-Presidenta, o faz em apenas 2 menções. Já a reportagem com o maior número de menções, o faz 136 vezes. Neste processo, foram levados em consideração as menções em títulos, subtítulos, corpo do texto e legenda das fotos e imagens. Ao todo, nas 28 reportagens analisadas, foram 470 citações do termo “Dilma”.

Tais menções não caminham sozinhas, mas são antecedidas ou seguidas por frases ou palavras cujo significado importa analisar. A seguir, seguem trechos de algumas frases que representam a forma como a ex-Presidenta foi retratada: “[...] desgoverno de Dilma Rousseff [...]”; “[...] derrubada legal de Dilma sapiens [...]”; “[...] Dilma é ainda mais irresponsável [...]”; “[...] Dilma está mais isolada do que nunca [...]”; “[...] Dilma sataniza forças políticas legítimas [...]”; “[...] contra o Impeachment de Dilma Rousseff [...]”; “[...] aversão à Dilma [...]”; “[...] Impeachment da presidente afasta [...]”.

Como pode ser percebido, as menções a Dilma nem sempre se deram de forma favorável durante o processo; boa parte das vezes em que foi citada, seu nome foi vinculado às palavras “Impeachment”, “afastamento” e “contra”. A seguir, na tabela 2 estão demonstradas as expressões mais utilizadas quando o nome “Dilma” foi citado:

Tabela 2 - Análise das expressões vinculadas ao nome de Dilma

Categoria de ideias vinculadas a Dilma	Número de vezes que aparecem
Impeachment	102
Afastamento ou fim do governo	61
Favorabilidade	44
Desfavorabilidade	27

Fonte: Autor (2021).

Tais categorias foram selecionadas por terem o maior número de aparições nos textos. A escolha pelo número de categorias, que foram 4, se deu pela distância entre o número de vezes em que estas são encontradas, e o número de vezes em que outras categorias de ideias podem ser encontradas no texto. Após a categoria de desfavorabilidade, a quarta em termos de quantidade em que se encontra no texto, a quinta categoria é a ideia de crime à qual a imagem de Dilma foi vinculada. Por tal categoria aparecer apenas 7 vezes nos textos, não foi considerada relevante para a análise numérica. Ela é, entretanto, de grande importância para uma construção negativa a respeito da ex-Presidenta.

A expressão a qual o nome de Dilma foi mais vezes vinculado foi “Impeachment” ou “impedimento”, tendo sido feito 102 vezes ao longo das 26 reportagens que a mencionam. A segunda expressão ao qual liga-se o nome de Dilma está atada à ideia de afastamento, ou fim do governo, que apareceu 61 vezes. Expressões como “[...] a Dilma vai embora [...]”; “[...] desejam que Dilma seja apeeda [...]”; “[...] os últimos dias de Dilma [...]”; “[...] queda de Dilma [...]”; “[...] enterro simbólico do governo Dilma [...]”, “[...] encerra o mandato de Dilma [...]” e “[...] derrubada de Dilma [...]” estão inclusos nessa categoria.

É apenas na terceira categoria que Dilma foi retratada de uma forma positiva. Foram 44 menções que estavam ligadas a favorabilidade ou defesa de Dilma. Expressões como “[...] a favor de Dilma [...]”; “[...] contra o impeachment de Dilma [...]”; “[...] apoio a Dilma [...]” e “[...] pró Dilma [...]” estão incluídas nesta categoria. Entretanto, apesar de serem expressões em prol de Dilma, diversas vezes a palavra “Impeachment” aparece em tais frases.

Por fim, a categoria que demonstra desfavorabilidade vinculada às citações do nome de Dilma apareceram 27 vezes. Expressões como “[...] contra Dilma [...]”; “[...] anti-Dilma [...]”; “[...] aversão a Dilma [...]” e “[...] oposição a Dilma [...]” estão incluídas nesta categoria.

Pode-se perguntar, então, qual a importância de ressaltar as ideias e termos vinculados ao nome de Dilma nas reportagens. Ainda mais, pode parecer óbvio que o nome de Dilma apareça mais vezes vinculado à categoria de menções sobre o *Impeachment*, já que este é o processo sobre o qual o recorte temporal de pesquisa recai. Entretanto, o que se pretende ressaltar ao analisar estes fatos, é o quanto,

durante a cobertura do processo, a imagem de Dilma está muito mais ligada a aspectos negativos do que positivos.

Tomando por entendimento de que as categorias “Impeachment”, “Afastamento ou fim de governo” e “Desfavorabilidade” constroem uma imagem negativa da ex-Presidenta, e que a categoria “favorabilidade” é a única entre as 4 que mais aparecem no texto que constrói uma imagem positiva, pode-se dizer que a figura de Dilma foi vinculada 190 vezes a ideias negativas; em oposição a isso, foram somente 44 menções positivas na construção de sua imagem, ou seja, em 77% das vezes em que Dilma foi mencionada, foi atrelado a ela uma imagem negativa.

A partir de tais dados percebe-se que a revista, utilizada como objeto de pesquisa neste trabalho, se coloca em oposição ferrenha ao governo Dilma e em enorme favorabilidade ao seu *Impeachment*, atuando de forma direcionada e faltando com a imparcialidade que se espera de um canal de comunicação midiático.

A própria Dilma Rousseff, em um capítulo do livro *Sempre foi sobre nós*, organizado por Manuela D’Ávila, aponta como a manipulação midiática tem utilizado da misoginia como “arma de controle e dissuasão da atividade política das mulheres e se manifesta principalmente em períodos eleitorais, durante governos e na atividade parlamentar” (ROUSSEFF, 2021, p. 49), com foco, em 2016, de construir as condições para o Golpe que se deu a partir do processo de *Impeachment* (ROUSSEFF, 2021). A misoginia, entretanto, não pode ser ingenuamente interpretada como um ódio e desprezo por todas as mulheres, mas sim por aquelas que se desviam dos padrões dominantes (MANNE apud ROUSSEFF, 2021), assim como a ex-Presidenta o é, por exercer seu papel no poder público.

Neste texto ela menciona o linguísta renomado Teun A. Van Dijk, que contribui ativamente para o campo de estudos da “análise do discurso”, e aponta que, em seu trabalho denominado “Como a Rede Globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff”, afirma que a principal estratégia de manipulação utilizada foi a demonização e deslegitimação de Lula e Dilma. Ele conclui seu trabalho da seguinte forma:

uma análise das manchetes e editoriais do Grupo mostrou que o jornal manipulou sistematicamente seus leitores, opinião pública e políticos para promover e legitimar um golpe como impeachment constitucional de Dilma Rousseff. Fez isso não apenas por jornais diários e editoriais sobre a suposta conduta criminosa de Dilma, Lula e do PT, mas também por

diversas estratégias discursivas, como apresentar as denúncias como fatos, celebrar e legitimar o juiz anti-PT Sérgio Moro, cobertura populista de manifestações [...] e ataque à acusação de que o impeachment foi na verdade um golpe político” (VAN DIJK apud ROUSSEFF, 2021, p. 53).

É possível relacionar as atitudes e coberturas feita pelo Grupo Globo com as reportagens da Revista **Veja** veiculadas sobre o Impeachment: a construção negativa da figura da ex-Presidenta, a falta de parcialidade, até mesmo a celebração e legitimação da figura do juiz Sérgio Moro e a cobertura populista das manifestações, sem tecer comentários críticos e trazer contrapontos à visão misógina veiculada sobre Dilma em tais momentos. Estes exemplos serão percebidos também ao longo dos próximos tópicos de análise.

O aparato midiático agiu, durante o fim do governo Dilma, com o objetivo de dominar a visão da sociedade sobre a imagem dela e de Lula, praticando o inaceitável e o eticamente condenável modelo de manipulação, com o intuito de desinformar (ROUSSEFF, 2021). Dilma ainda afirma que “não houve conceito jornalístico, norma ética e princípio civilizatório que a imprensa não tenha atropelado com o objetivo de provocar a retirada do PT do poder” (ROUSSEFF, 2021, p. 51).

2.2 ESPAÇO DE FALA DE DILMA NAS REPORTAGENS DA REVISTA VEJA

O segundo padrão analisado foi a pequena quantidade de reportagens em que Dilma teve a oportunidade de se pronunciar. Dos 28 textos que falam sobre o processo de Impeachment, apenas 2 o fazem, ou seja, 7,1% do total de reportagens analisadas concedeu a Dilma a possibilidade de fala. Em relação às reportagens que mencionam Dilma, apenas 7,6% dos textos têm citações diretas ou trechos de entrevistas de Dilma Rousseff.

A primeira reportagem em que Dilma tem a oportunidade de se pronunciar, em citação direta, foi escrita pela redação da Revista **Veja** e veiculada no dia 31 de março de 2016, com o título “Protestos contra o Impeachment e a favor de Dilma reúnem dezenas de milhares em todos os estados”. O conteúdo do texto aborda os protestos contra o Impeachment e a favor de Dilma que aconteceram naquela mesma data, marcando 52 anos do golpe militar. Há também fotos das manifestações e um pouco sobre como cada capital agiu neste momento. A citação direta da fala de Dilma acontece no final do texto:

Para cada momento histórico o golpe assume uma cara. Nos processos que a América Latina passou nos anos 1960, 1970 e 1980, a forma tradicional era a intervenção militar”, disse a presidente, que foi presa e torturada durante o regime militar. “Agora a forma está sendo a ocultação do golpe através de processos aparentemente democráticos. Se usa um pedaço da democracia. Estão tentando dar um colorido democrático a um golpe porque não tem base legal”, afirmou Dilma (VEJA, 2016).

A segunda reportagem que contém citação direta da fala de Dilma foi a última reportagem analisada, já que sua veiculação se deu no dia 31 de agosto de 2016, dia em que “o Senado concluiu [...] o impeachment de Dilma Rousseff, cassando o mandato da presidente, mas mantendo os seus direitos políticos (SENADO, 2016). Com o título “Senado encerra o mandato de Dilma e fecha o ciclo de poder do PT”.

O texto foi escrito por Carolina Farina, Laryssa Borges, Marcela Mattos e Felipe Frazão e seu conteúdo dedica-se a comparar o julgamento pelo qual Dilma Rousseff passou, em 1970, quando era militante da luta armada contra a ditadura militar, e o atual, em 2016, quando estava sendo deposta de seu cargo de Presidenta do Brasil (FARINA et. al, 2016). A diferença pontuada pelos autores entre os dois momentos é o fato de o Brasil ser, em 2016, uma democracia, não apenas simbolizada pelo voto popular, mas também pelas instituições que formam o Estado democrático de direito (FARINA et. al, 2016). Tais instituições, segundo eles, foram responsáveis por encerrar o ciclo de poder de 13 anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve na Presidência da República, e os culpabiliza, de forma generalizada, a cometer crimes orçamentários e semear a crise econômica em que o país vivia para garantir a reeleição de Dilma em 2014 e colocar em prática seu projeto de poder.

O espaço de fala de Dilma dá-se logo depois de os autores afirmarem que “Dilma e o PT insistem em dizer que a democracia brasileira sofreu um golpe, e que seu impeachment representará uma ruptura institucional” (FARINA et. al, 2016). Eles citam a fala da ex-Presidenta de forma direta quando esta discursava no senado:

Ao falar aos senadores na segunda-feira, Dilma afirmou: ‘Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o

mundo dos fatos'. Repetiu nove vezes a palavra 'golpe' ao longo de seu discurso – e retomou o tom levemente arrogante e professoral nas respostas aos senadores. Afirmou, como fez durante todo o processo, que não cometeu crime algum (FARINA et. al, 2016).

É interessante pontuar que os dois momentos em que a ex-chefe de Estado teve espaço de fala, foram ambos com a finalidade de defender-se do processo de impedimento pelo qual foi retirada do poder. Tal comportamento remete novamente aos estudos de Mary Beard sobre o silenciamento ativo do qual as mulheres são vítimas em espaços públicos. Ela aponta o fato de que, para além deste silenciamento, “parte do amadurecimento, no caso do homem, é aprender a assumir o controle do pronunciamento público e silenciar a fêmea da espécie” (BEARD, 2018, p. 9), e reconhece que existe uma relação entre o momento clássico de silenciar uma mulher em “Odisseia”, leitura clássica da literatura ocidental, e a forma como as vozes femininas não são ouvidas publicamente na cultura contemporânea e na política (BEARD, 2018).

Em seus estudos sobre a cultura grega ocidental, Beard encontra apenas dois casos em que o discurso público feminino não é abominado: para se manifestar enquanto vítimas e para defender questões da vida privada, como seu lar, filhos, marido e os interesses de outras mulheres (BEARD, 2018).

Em outras palavras, as mulheres podem, em circunstâncias extremas, defender publicamente os próprios interesses setoriais, mas não podem falar pelos homens nem pela comunidade como um todo. Em geral, como colocou um guru do século II d.C., ‘uma mulher deveria, com a mesma modéstia, evitar a exposição de sua voz aos forasteiros tanto quanto teria evitado se despir diante deles (BEARD, 2018, p. 16-17).

Diante de uma perspectiva de análise feminista, é possível perceber, então, um ativo silenciamento, por parte da Revista **Veja**, do qual a ex-Presidenta foi vítima.

2.3 A INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DE PODER

O terceiro tópico de análise pelo qual as reportagens foram analisadas é a incapacidade atribuída a Dilma quando exercia seu papel como presidenta. Uma das reportagens mais enfáticas sobre esse aspecto foi escrita por Reinaldo Azevedo, e veiculada no blog da revista em 31 de março de 2016. O título funciona como um

bom resumo do conteúdo: “31 de março - Porque Dilma é ainda mais irresponsável do que Jango. Ou: Não lhes daremos nem poder nem sangue”.

A matéria tem fins claros de expressar uma opinião a respeito das últimas atitudes de Dilma Rousseff. Aparentemente, a presidenta havia recebido, como ele escreve, “artistas e intelectuais nesta quinta, que foram lá se manifestar contra o impeachment” (AZEVEDO, 2016) e se comportado, na opinião do autor, com “extrema irresponsabilidade e a dizer sandices, especialmente quando se referiu ao golpe militar de 1964, desfechado no dia 31 de março, há 52 anos!!! Na verdade, aconteceu no dia 1º de abril, mas nem entro nisso agora” (AZEVEDO, 2016).

Após demonstrar sua insatisfação com o uso que artistas fazem de sua profissão para expressar opiniões políticas, ele volta a falar sobre a postura da presidenta:

Dilma, mais uma vez, deitou falação e voltou a investir na cristação do ambiente político. Repetiu que um processo de impeachment sem base legal — como se não houvesse — é golpe. Não se contentou: “Se, em 1964, chamaram o golpe de revolução, agora chamam um processo sem base legal de impeachment.” E voltou a comparar os petistas aos judeus e seus adversários ao nazismo. Bem, essa questão em particular é de tal sorte delinquente que me nego a voltar ao assunto (AZEVEDO, 2016).

Após isso, Azevedo demonstra que seu interesse é “falar sobre o 31 de março” (AZEVEDO, 2016) e explicar o título da matéria, “Por que Dilma é mais irresponsável do que Jango”. Ele inicia o parágrafo afirmando que, além de tal data ter sido escolhida pela esquerda “para se manifestar para associar o processo de impeachment ao golpe militar” (AZEVEDO, 2016), a “própria presidente-fantochete resolveu investir na comparação” (AZEVEDO, 2016).

Ele então reconhece que existem semelhanças, “mas não aquelas que a presidente aponta” (AZEVEDO, 2016). Começando a listar as semelhanças, escreve que, assim como o presidente da época do golpe militar, Jango, ela também “resolveu transformar o Palácio do Planalto numa espécie de bunker de resistência, abrigando nas dependências oficiais a retórica incendiária” (AZEVEDO, 2016). O jornalista continua a lista de exemplos em que ambos são parecidos, porém, em um parágrafo após este, menciona que, apesar de todas essas semelhanças as quais ele aponta, “Dilma é ainda mais irresponsável do que o presidente deposto em 1964” (AZEVEDO, 2016), pois, segundo coloca no parágrafo abaixo, naquele momento “era certo que um golpe viria; só não se tinha claro quem iria liderar” (AZEVEDO,

2016). Porém, continua afirmando, hoje em dia não se veem armas, mas sim a aplicação da Constituição e da lei, o que configura em “exercício do estado de direito” (AZEVEDO, 2016).

A irresponsabilidade de Dilma Rousseff, segundo ele, se dá na afirmação da existência de um golpe que, “sataniza forças políticas legítimas e busca atribuir-lhes um crime que não cometeram” (AZEVEDO, 2016). Ademais, cinquenta anos depois do golpe militar, a presidenta estava, segundo o jornalista, “exercitando a mesma retórica” da esquerda em 1964, que, em sua visão, “prometiam resistência armada caso o golpe partisse do outro lado” (AZEVEDO, 2016). Para ele, “o PT está dizendo: ou a gente ou sangue! E as pessoas decentes têm de responder: nem vocês nem sangue” (AZEVEDO, 2016).

É possível observar, durante toda matéria, a tentativa do autor de construir uma imagem de insanidade na figura de Dilma Rousseff, de forma a tornar irracional todos os pontos que ela traz e tentando provar que não que existe uma outra forma de enxergar a situação, que é a forma como ele enxerga, mas que a forma como a presidente enxergava aquele momento, estava irracionalmente errada. É importante destacar o uso de palavras como “sandices”, “irresponsabilidade” e “retórica incendiária” para descrever as falas da presidenta. Além disso, a caracterização de “presidente-fantoches” feita pelo autor para descrever Dilma, demonstra seu ponto de que ela não seria a figura presidencial de fato. Esta crítica à Dilma por parte de sua oposição não é nova. Na realidade, desde o momento que a Presidenta foi anunciada como a figura sucessória do governo de Lula, em 2010, a oposição tratou de marcar o quão pouco experiente ela era por nunca ter disputado cargos políticos, e afirmando que ela seria “fabricada” por Lula, ou seja, que caso ela fosse eleita, seria ele quem estaria no comando (PANKE et al., 2015). Esta ideia será mais bem explorada na análise sobre a vinculação da figura de Dilma a figuras masculinas.

Apesar de ser um claro caso de vinculação de sua figura a outra, não explícito na reportagem, o apontamento de seu exercício como “presidente-fantoches” é uma clara alusão à incapacidade de Dilma para governar.

Em seu trabalho “Gênero e Campanhas Eleitorais na América Latina: uma análise do discurso feminino na propaganda televisiva”, Luciana Panke, Sylvia lasulaitis e Carmen Pineda Nebot, estudam três governantes latino-americanas, Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner, para entender se a posição das candidatas em campanhas eleitorais reforçava ou neutralizava o estereótipo de

gênero. Após um estudo sobre os spots televisivos das campanhas das três governantes, elas comprovaram que a campanha que mais reforçou estereótipos foi a de Dilma, por ser a que mais retratou mulheres em espaços domésticos, associando as mulheres ao cuidado, compaixão, maternidade (PANKE et al., 2015).

A partir dos spots analisados, puderam deduzir que houve uma estratégia de traçar uma analogia com a competência que a mulher tem de cuidar do bem-estar dos seus na esfera privada, e que, portanto, teria competência para fazê-lo também na esfera pública, construindo a imagem de Dilma como uma grande mãe dos brasileiros (PANKE et al., 2015). Como já discutido anteriormente, nos estudos de Catherine Hall (1991), a imagem de família que foi construída no século XIX constitui-se pela mulher, que pertence e reina na esfera privada e a imagem do homem, patriarcal e viril, de quem a figura feminina e a família são dependentes. Ao construir a imagem de Dilma, então, como uma grande mãe dos brasileiros, e levando em consideração a intrínseca ideia de família que perpassa o ideal brasileiro, a lógica a seguir é questionar “onde está o pai?”, a figura de fato responsável pela família. É previsível que esta lógica leve a uma conclusão, portanto, de que Dilma não é de fato a figura máxima, responsável pelo país.

Apesar de esta ser uma crítica importante à construção da figura de Dilma desde o início de seu governo, deve-se reconhecer que, apesar do destaque dos últimos anos que a América Latina e o Brasil têm tido na eleição de representantes mulheres, este fato também leva a encontrar uma realidade que se mostra na matriz cultural destes países: as relações assimétricas de gênero (PANKE et al., 2015). “Para as mulheres, não é fácil se destacar em um universo predominantemente masculino como é a política” (PANKE et al., 2015, p.3), o que as leva, muitas vezes, a construir estratégias, mesmo que não ligadas ao feminismo, para chegar ao poder público e ocupar tais espaços (PINTO, 1994).

Entre tais diferenças, Deaux e Enswiller (1974), citados no trabalho de Panke, lasulaitis e Nebot, comprovou em seus estudos que, quando um homem tem êxito numa tarefa entendida como masculina, isso é atribuída à sua capacidade e habilidade; já com as mulheres, isso é encarado como pura sorte. O contrário disso revela que, quando os homens falham, seu fracasso é atribuído à má sorte, enquanto o fracasso das mulheres é atribuído à sua falta de capacidade (PANKE et al., 2015).

Das 26 reportagens que mencionam Dilma, 9 a colocam como uma figura incapaz de exercer seu cargo, seja pela irracionalidade apontada por Reinaldo Azevedo na reportagem anteriormente mencionada, seja por ter certezas demais, ou até mesmo pela incapacidade de agradar sua base aliada, como aponta a matéria de autoria da redação da Revista Veja no dia 6 de maio de 2016,

Entre os muitos enganos que a presidente Dilma cometeu desde que subiu pela primeira vez a rampa do Palácio do Planalto, um foi definitivo para selar seu destino. Dilma sempre teve certezas demais. Acreditou que seria capaz de “corrigir” certas leis de mercado, convenceu-se de que poderia governar apenas com quem bem quisesse e pensou que conseguiria pairar, impoluta, acima da sujeira do PT (VEJA,2016).

A reportagem justifica a perda da base aliada de Dilma sustentando uma falta de preocupação em agradar ministros e parlamentares próximos a ela:

[...] Se nunca se deu ao trabalho de distribuir os pequenos mimos que tanto aquecem o coração dos políticos, não foi apenas porque isso não é do seu feitio, mas porque os atalhos que a levaram à Presidência permitiram-lhe pular certas etapas. “Dilma nunca disputou uma prévia nem tinha enfrentado uma campanha antes de virar presidente da República. Recebeu o cargo numa bandeja. Não teve de aprender a seduzir”, afirma um de seus ministros mais próximos (VEJA, 2016).

O texto também coloca Dilma como uma má liderança, e diz que, pelo fato de a ex-Presidenta ter sempre trabalhado em cargos de liderança, aprendeu sobretudo a mandar, e “quer tudo para ontem” (VEJA, 2016), é impaciente e acha que sabe de tudo.

Um olhar feminista sobre a questão pode elucidar tais críticas como uma forma de dizer que Dilma estava alocada num espaço que não faz parte de sua natureza. Como Hall sugere em *Sweet Home*, certos ofícios na Inglaterra do século XVIII eram totalmente incompatíveis com a natureza das mulheres, ainda mais quando exercidos num ambiente misto, ou seja, em que homens e mulheres ocupavam o mesmo espaço. Estar nestes espaços era uma negação à concepção de feminilidade baseada em ideias evangélicas. Quando fala sobre as mulheres que, naquela época, trabalhavam em minas, um ambiente subterrâneo ao lado de homens, elas não estavam completamente vestidas como deveriam (HALL, 1991). Isso era então uma afronta à moral pública, que ameaçava de ruína a família operária.” (HALL, 1991, p. 81)

Da mesma forma, Silvia Federici em *Patriarcado do Salário*, afirma que quando as mulheres se negam a realizar tarefas domésticas, são ditas como mulheres ruins, e não mulheres de luta, por se assumir que realizar tais tarefas é parte da natureza dessas figuras. Tal naturalização tem sido combatida pelas feministas há tempos (FEDERICI, 2018).

A própria crítica da figura de liderança de Dilma é uma subversão ao estereótipo construído na identidade de gênero dita feminina, que “levam as pessoas a considerar que as mulheres possuem características expressivas - que são emocionais, compreensivas, generosas e compassivas” (PANKE et al., 2015, p. 7, tradução própria), e reforçam a visão de que o espaço público está destinado aos homens. As candidatas mulheres buscam superar estes estereótipos mostrando qualidades necessárias para liderar, e isso é um desafio, pois como pontua Burrel, em 1994, em citação de Finamora e Carvalho, em 2006, e mencionado nos trabalhos de Panke, Iasulaitis e Nebot, em 2015, estas líderes “têm que mostrar força e assertividade, sem parecer masculinas” (BURREL, 1994, p. 15 apud FINAMORE; CARVALHO, 2006, apud PANKE et al., 2015).

2.4 VINCULAÇÃO DA FIGURA DE DILMA A UMA FIGURA MASCULINA

Por fim, o último padrão de comportamento observado nos textos da Revista **Veja** é a forma como a figura de Dilma aparece quase sempre, de forma direta ou indireta, vinculada à figura de um homem. É possível categorizar a vinculação em diferentes casos em que aparece: primeiramente com a utilização de cartazes com conteúdo sobre Lula ou um boneco inflável do ex-Presidente com roupa de presidiário em manifestações a favor do Impeachment. Abaixo, imagens exemplificando:

Figura 3 - Foto tirada em manifestação pró Impeachment com boneco de Lula



Fonte: Veja (2016).

A foto traz dois objetos em seu primeiro plano: o primeiro, uma mão segurando um cartaz amarelo, com escritos em verde e caixa alta: “ACABOU A BOQUINHA”; Tal frase pode ser compreendida através de duas referências: uma crítica aos projetos sociais do governo de Lula e Dilma, como o Bolsa Família, uma medida do Governo Federal para diminuir o nível de pobreza e fome no qual muitos brasileiros viveram em períodos que antecedem os governos petistas. Outra possível interpretação é de que a frase “acabou a boquinha” é uma referência à atitude de “alimentar-se” dos recursos financeiros do Estado, possibilidade que seria então minada caso o *Impeachment* de Dilma Rousseff fosse concretizado.

O segundo objeto trata-se de um boneco inflável do ex-Presidente Lula, com uma feição de infelicidade; sua representação o veste com uma roupa inteira listrada nas cores preto e branco, e em cima da região do peito, observa-se uma placa com os números “13-171”, uma possível alusão ao número de seu partido, o Partido dos Trabalhadores (13), e o Artigo 171 do Código Penal Brasileiro, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, capítulo VI, sobre estelionato e outras fraudes (BRASIL, 1940). Tal artigo visa legislar e julgar ações que representem “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”

(BRASIL, 1940). Percebe-se uma bola preta, com escrito “Operação Lava-Jato, presa por uma algema no tornozelo esquerdo.

A representação de tal imagem, além de conectar a imagem de Lula à de Dilma, num protesto em 2016 sobre o *Impeachment* da ex-Presidenta, também representa uma ideia de, ao condenar Dilma ao impedimento do seu exercício público, estariam também afastando o ex-Presidente Lula. Para os manifestantes, a condenação deste segundo estaria ligada à operação Lava Jato, que revelou “um gigantesco esquema de corrupção na petroleira estatal”, a Petrobrás (EL PAÍS, 2018). Naquele ano, o ex-Presidente estava sendo investigado pelo Ministério Público de São Paulo por envolvimento no esquema de corrupção, além de ter sido denunciado “por lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio” (EL PAÍS, 2018).

Na figura 4, percebe-se o Congresso Nacional ao fundo, significando que tal manifestação aconteceu na cidade de Brasília, capital do Distrito Federal.

Figura 4 - Cartazes contra Lula e Dilma em manifestação pró-Impeachment



Fonte: Veja (2016).

Na figura 4, pode-se perceber 3 mulheres à frente da manifestação. Da direita para a esquerda, a primeira delas tem sua imagem um pouco desfocada. Ela pode ser identificada como uma mulher branca, que usa óculos escuro, e tem em suas mãos um cartaz com uma foto de Dilma acenando, e em cima, escritos em verde, com fundo amarelo, que dizem: “#TCHAU QUERIDA”; A segunda, também pode ser identificada como uma mulher branca, com óculos escuro. Ela tem seu braço direito levantado, e o esquerdo mais abaixo, no qual segura o que parece ser o mesmo cartaz que a primeira mulher carrega. Sua imagem é um pouco mais nítida do que a primeira mulher; a terceira também pode ser lida como uma pessoa branca, com cabelo comprido, que, dentro dos estereótipos de feminilidade, tornaria possível a sua identificação como uma mulher. Das três, ela é a que está em foco, com uma camiseta verde, e os braços para cima, segurando uma foto antiga, em preto e branco, de Lula. A imagem, que parece ter sido editada, traz uma placa em frente ao peito do ex-Presidente, com escritos “MINISTRO DA PAPUDA”. Tal grafia pode remeter ao Complexo Penitenciário da Papuda, um dos complexos do sistema prisional localizados no Distrito Federal (NERES, 2018). Além das três, há muitas outras pessoas ao fundo, vestindo roupas brancas, pretas e/ou verde-amarelas.

É interessante perceber o foco dado para a pessoa que segura o cartaz com a imagem de Lula e o desfoque na imagem da figura de Dilma. Aparentemente, o autor da imagem quer trazer a noção de que Lula, naquele momento, estava em primeiro plano, em relação a Dilma, que estava desfocada. Pode-se perceber uma intencionalidade na vinculação de ambas as figuras, uma com foco mais nítido do que a outra.

Além disso, como na Figura 5, percebe-se a presença de elementos em verde e amarelo, como símbolos de um patriotismo que envolve a manifestação, tanto nos cartazes quanto nas roupas dos manifestantes.

Figura 5 - Cartazes contra Lula e Dilma em manifestação em Brasília



Fonte: Veja (2016).

A figura 5, foto tirada em manifestação em Brasília, contém, assim como a figura 3, o Congresso Nacional ao fundo. À frente, nota-se três pessoas que podem ser identificadas como figuras femininas, todas com acessórios na cabeça que, de certa forma, podem ser considerados símbolos da nação brasileira, por conta das cores. Uma delas usa um chapéu em cores azul e branco, que remetem à bandeira brasileira. Outras duas utilizam, a primeira, uma faixa, e a segunda, o que parece ser

um colar de flores, na cabeça. Estes adereços usam a combinação das cores verde e amarelo. Há também uma figura que, dentro dos estereótipos masculinos, pode ser percebido como um homem, atrás delas, com o que parece ser uma bandeira do Brasil amarrada em suas costas.

Compondo a imagem, há ao menos quatro cartazes, todos utilizam pelo menos uma cor da bandeira brasileira. Em um deles, está escrito “Com Lulla e Dillma o Brasil virou um infortúnio”. Nota-se um erro na escrita das palavras Dilma e Lula, ambas com um “L” a mais do que seus nomes originais, que pode ser lido como uma proposital referência a Collor de Mello, ex-Presidente brasileiro, e ao seu Impeachment em 1992.

Tais símbolos, que remetem à nação brasileira nas últimas três figuras, bem como na Figura 2, podem ser considerados símbolos patriotas, erguidos tanto pelos participantes das manifestações, como também por parlamentares que comemoravam a abertura do processo de Impeachment da ex-Presidenta na Câmara dos Deputados.

As cores predominantes nos elementos que fazem parte das imagens são o verde e o amarelo, que não coincidentemente também são as cores predominantes na bandeira do Brasil. As próprias roupas e acessórios, utilizados pelos manifestantes nas últimas 3 imagens, são também símbolos de um patriotismo, que tem por objetivo exaltar elementos da bandeira da nação brasileira e que é, sem dúvida, um elemento masculino, que se refere ao patriarcado, que significa, muitas vezes, guerra e violência.

Cynthia Enloé, em seu livro *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist sense of International Politics*, dispõe de um capítulo para abordar o tema do Nacionalismo. Ela inicia trazendo a ideia de complexidade por trás do tema, relembrando que o conceito, trazido à tona no cenário da política internacional no século XIX, gerando o poder de dividir impérios, como o Otomano, dos Habsburgo, o russo, britânico, francês, além das colônias da América do Norte e Latina, que desafiaram o poder espanhol, português e britânico nas terras americanas. É um movimento que se faz presente em diversas localidades até os dias atuais, em ações de países com grande poder e influência sobre territórios ao seu redor, como Estados Unidos, China, Rússia e outros (ENLOÉ, 2014).

Apesar do senso de pertencimento que emoldura a ideia da nação, as ideias de masculinidade e feminilidade não são levadas em consideração quando falamos

de nacionalismo. É como se considerassem que figuras masculinas e femininas experienciassem no da mesma forma (ENLOÉ, 2014).

Os contadores de histórias normalmente constroem seus contos - de humilhação, mobilização, dificuldades, vitórias e derrotas - como se o nacionalismo fosse experienciado por homens e mulheres da mesma forma, como se homens e mulheres desempenhassem papéis idênticos na definição e crítica de objetivos nacionalista (ENLOÉ, 2018, p. 87, tradução própria).

É como se, nas ideias nacionalistas, houvesse o que Susan Okin acusa de falsa neutralidade de gênero. Okin utiliza o termo para falar sobre a negligência em relação ao retratar o tema da família nas discussões sobre as esferas pública e privada no campo da teoria política. Ela aponta que, ao longo do tempo, substituíram-se termos masculinos, quando ao tratar da realidade de indivíduos, para termos neutros, como “os mesmos”, “alguém” e “ele e ela”, mas que isso não muda as ideias sobre a realidade que abordam, pois elas continuam sendo masculinas (OKIN, 2008).

A própria ideia de pátria, que tem como um dos significados “país onde alguém nasce ou vive como cidadão” (DICIO), também significa “designação da terra paterna” (DICIO).

Vicenzo Russo, em seu artigo “Pater, pátria e a memória como patrimônio: sobre K.: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski”, busca compreender, através da narrativa construída no romance, as modalidades de construção dos processos memoriais a que chamamos de pós-memória num contexto histórico e cultural (RUSSO, 2017). Para fazê-lo, o autor inicia pontuando a “evidente homologia da raiz etimológica dos três termos pater, “pátria” e “patrimônio” (RUSSO, 2017, p. 36). Ele aponta, na página 39, tal homologia:

Pater é equivalente a “pai” em latim, e sua raiz etimológica provém do sânscrito PA que implica o conceito de proteger e, ao mesmo tempo, nutrir: pai, portanto, é quem protege, sustenta a família. O pater dos latinos é usado também para os velhos, os senadores, os heróis e os deuses – Jup-piter é Iovis-Pater” (RUSSO, 2017, p. 36).

É possível compreender, através de tais significados, que apesar de ideia de pertencimento que o nacionalismo e a pátria têm construído no ideal social, existe um significado, por trás disso, fortemente ligado à masculinidade. Da mesma forma que Okin critica os teóricos políticos pela negligência da família como um tema

profundamente político de gênero, a pátria e o nacionalismo também o são, apesar de, como evidenciado por Enloé (2014) não ser retratado desta forma.

Se por um lado, as mulheres encontraram uma nova identidade pública no nacionalismo, dando a elas uma definição que inclui uma perspectiva mais ampla para além da maternidade e do casamento (ENLOÉ, 2014), por outro,

como mulheres, se descobrem sendo tratadas, por homens líderes e intelectuais nacionalistas, como símbolos - símbolos esculpidos pelo patriarcado - da nação. [...] Sendo reduzidas a símbolos que significam que as mulheres não foram tratadas como participantes genuínas (com suas próprias ideias, objetivos e habilidades) nos movimentos nacionalistas organizados para acabar com o colonialismo, a dominação étnica, o racismo, e a exploração capitalista global (ENLOÉ, 2018, p. 87, tradução própria).

Tais símbolos têm aqui a finalidade de reforçar a subordinação ao privado de tal forma que retrata as próprias mulheres em manifestações pelo Impeachment da ex-Presidenta com cartazes misóginos que carregam a mensagem de que Dilma deveria afastar-se de seu papel público, e, portanto, da esfera pública. Com um tom de ironia, a expressão “Tchau Querida”, aparece inúmeras vezes durante os protestos a favor do Impeachment, e em muitas deles, são mulheres que carregam estes cartazes. A expressão foi primeiramente utilizada por Lula, ao final de uma ligação entre ele e Dilma, em que ele se despede dizendo “Tchau, Querida”. A ligação, que ocorreu no dia 16 de março de 2016 e viralizou na internet logo após, fora grampeada e divulgada com a autorização do Juiz Sérgio Moro (MENSAGEM, 2016).

No livro “Sempre foi sobre nós”, de Manuela D’Ávila, Dilma encontra um espaço para falar sobre a experiência misógina da qual foi vítima, principalmente por parte da mídia brasileira. Quando fala sobre o quão antiético e manipulador foi o tratamento para com ela, relembra que uma das matérias falsas veiculadas pela revista IstoÉ, foi escrita por uma jornalista mulher, entre outros autores (DILMA, 2021). Para comentar a questão, ela relembra Simone de Beauvoir, quando afirma que “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (BEAUVOIR apud DILMA, 2021, p. 59). É possível correlacionar esta situação com o símbolo que as mulheres representam nas manifestações a favor do Impeachment, quando carregam frases irônicas e misóginas sobre a ex-Presidenta.

Elas são a representação de quão forte é a misoginia e a estrutura patriarcal no pensamento e nas atitudes de brasileiros e brasileiras.

No mesmo capítulo, Rousseff aponta a filósofa australiana Kate Manne, que se dedica à pesquisa no campo do feminismo e da moral, afirma, em seu livro *Down the girl: the logic of misogyny*, que

[...] quando uma mulher se aventura a entrar no território historicamente reservado aos homens, sofrerá reações mais prováveis de ressentimento, indignação e hostilidade, devido à misoginia que tanto os homens como as mulheres podem demonstrar. Vários seguirão tentando colocá-la de volta em seu lugar, usando estratégias como desencorajar, ridicularizar, humilhar, desacreditar ou mesmo aludir a sua sexualidade - em suma, para silenciá-la (MANNE apud DILMA, 2021, p. 59).

Neste sentido, a frase “Tchau Querida”, tão utilizada nas manifestações a favor do Impeachment, é desvendada como uma expressão misógina, que visa colocar Dilma de volta em seu lugar, ou seja, à subordinação ao privado.

A vinculação da figura de Dilma a outras figuras masculinas, para além de Lula, traz então o questionamento sobre quem de fato pertence no espaço do poder público. Em momentos diferentes, Lula, Michel Temer e Sergio Moro, na representação de uma figura masculina, são colocados como os únicos possíveis de salvar, no caso do primeiro, respectivamente, o governo de Dilma, e no caso dos dois últimos, o Brasil.

Na reportagem “13 de março: juiz Moro, o herói dos protestos pelo país”, a redação da Revista Veja dedica todo conteúdo a apontar as homenagens a Sergio Moro durante as manifestações a favor do *Impeachment* que aconteceram em 13 de março de 2016.

As primeiras manifestações das capitais brasileiras reforçaram a imagem do juiz Sérgio Moro como principal homenageado deste domingo (13/03). Nenhuma figura pública ganhou tantos cartazes, camisetas e homenagens como juiz lotado em Curitiba e responsável por julgar as ações da Operação Lava-Jato. Nem imagens contrárias ao ex-presidente Lula foram tão presentes quanto imagens de exaltação a Moro (VEJA, 2016).

Nota-se um erro gramatical na palavra “responsável”, escrito sem a letra “s” na citação, bem como no nome da operação, “Lava-Jato”, substituiu a letra “L” pela letra “J” na citação direta.

O texto conta com dezesseis fotos dos protestos que ocorreram nas capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; todas as fotos retratam manifestantes com cartazes, camisetas, bandeiras do Brasil, e até mesmo bonecos de plástico infláveis em apoio a Sérgio Moro.

A reportagem segue relatando as diversas formas pelas quais os manifestantes se utilizaram para exaltar a figura do juiz, como em Brasília, onde os “manifestantes criaram o “Super Moro”, em que o juiz se transformou em um boneco com roupas semelhantes ao super-homem” (VEJA, 2016), além da mensagem “Somos todos Moro”, veiculada por uma acupunturista que participava da manifestação. Em São Paulo as manifestações ainda não haviam começado naquele momento, porém o juiz já estava sendo homenageado, já que “alguns manifestantes usam máscaras com sua imagem” (VEJA, 2016).

Três pontos são interessantes a serem ressaltados: em primeiro, a exaltação de uma figura masculina, não somente pelos manifestantes, mas pela própria revista, que dedica uma matéria - apesar de curta - monotemática a respeito; em segundo, tal figura ganha espaço de herói, e é referenciado com tom de salvacionismo; em terceiro, a identificação da população com tal figura masculina e heroica, percebido na utilização de máscaras e em frases como “Somos todos Moro”.

Já a figura de Michel Temer não é tão exaltada, mas é vista como uma opção para o desafio de “[...] recolocação do Brasil nos trilhos” (VEJA, 2016). Na reportagem “Senado afasta Dilma do Planalto. E interrompe o projeto de poder petista”, a redação dedica-se a explicar sobre o afastamento de Dilma pelo Senado, após a abertura do processo de *Impeachment*, em 12 de maio de 2016. Neste momento, a figura de Temer, apesar de não trazer uma imagem heroica, é vista como alguém que “chega à Presidência com predicados que Dilma nunca dispôs, como a habilidade no trato político” (VEJA, 2016).

Lula, por fim, é retratado como um aliado de Dilma no processo que seguiu após a abertura do Impeachment. Apesar de não ser ovacionado, ou visto como herói, ele assume uma figura de responsabilidade, como na reportagem do dia 17 de abril de 2016, em que Laryssa Borges, Marcela Mattos e Felipe Frazão relatam a incapacidade de Dilma, Lula e o PT articularem votos na câmara para obterem a quantidade necessária para que o processo de Impeachment não fosse à frente:

Mais importante, o impeachment requer a maioria de dois terços do plenário da Câmara justamente para garantir que não paire nenhuma dúvida sobre uma decisão de tamanha gravidade. Cabia ao governo a tarefa mais “fácil”: a de obter o apoio de 172 parlamentares. O fato de que não foi capaz de fazê-lo atesta o grau de aversão a Dilma. E não foi pouco o que ela ofereceu para cooptar parlamentares. Ou melhor: o que Lula ofereceu. O ex-presidente, um político infinitamente mais hábil que sua pupila e sucessora, transformou um hotel de Brasília em bunker anti-impeachment.

O ex-Presidente também se encaixa num outro exemplo a respeito da vinculação de Dilma a uma figura masculina. Há textos em que o ele é indicado como o real responsável pelo ‘caos nacional’ e pelos erros cometidos no governo de Dilma, como o fizeram durante a reportagem “Traz a pipoca! Comissão do Impeachment é Brasil!” escrita por Felipe Moura Brasil, publicada no dia 8 de dezembro de 2015 e anteriormente interpretada no início deste capítulo.

A imagem de responsabilidade pode ser observada, da mesma forma, na reportagem de Carolina Farina, Laryssa Borges, Marcela Mattos e Felipe Frazão, veiculada no dia 31 de agosto de 2016, com o título “Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT”. No texto, cujo conteúdo já foi mencionado anteriormente, os autores colocam Lula como o padrinho político de Dilma, e afirmam a votação que deu fim ao processo é também

[...] reflexo do desprestígio do PT, que deixa o poder de maneira melancólica, imerso em escândalos de corrupção. O quadro se reflete na figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, padrinho político de Dilma abandonado pelos amigos, indiciado pela Polícia Federal e réu por tentar obstruir a Lava Jato, Lula esteve em Brasília para tentar reverter votos em prol da pupila tanto na votação na Câmara, em abril, quanto no Senado” (FARINA et al., 2016).

Das 28 reportagens estudadas, 13 vinculam Dilma a uma figura masculina, e 11 delas a vinculam ao ex-Presidente Lula. Tal ligação não se limita ao recorte histórico deste trabalho. Na realidade, como já mencionado, porém não aprofundado neste trabalho, desde o início da candidatura de Dilma, em 2010, que sua figura foi vinculada à do ex-Presidente em suas próprias campanhas eleitorais.

Nas investigações de Luciana Panke, Sylvia Iasulaitis e Carmen Pineda Nebot, sobre gênero nas campanhas eleitorais na América Latina, quando relembram a forma como Dilma tornou-se a candidata à sucessão do governo Lula, em 2010, recordam que o cenário econômico era favorável e que a conjuntura política era propícia para a continuidade do governo petista (PANKE et al., 2015).

O próprio presidente Lula se encarregou de escolher o nome da pessoa que disputaria sua sucessão do lado do governo, endossado pelo PT, e anunciou publicamente seu apoio a então ministra Dilma Rousseff, que havia assumido o posto de José Dirceu à frente do ministério mais importante do governo Lula, a Casa Civil (PANKE et al, 2015, p. 16, tradução própria).

Apesar de Dilma não ter experiência na disputa de cargos políticos, tinha uma carreira dentro do governo. A oposição, naquele momento, usou este aspecto para destacar que a candidata seria “fabricada” por Lula, como já mencionado anteriormente, e que caso fosse eleita, quem comandaria era ele. A estratégia acabou favorecendo Dilma e o PT, pois Lula contava com um grande reconhecimento pessoal de 80% de favorabilidade, o que garantia a ele um amplo poder de transferência de voto, e acabou por unir ainda mais a imagem de Lula e Dilma (IASULAITIS apud PANKE et al., 2015).

Celi Pinto, em seu artigo “Donas-de-casa, Mães, Feministas, Trabalhadoras: Mulheres nas eleições de 1994 no Brasil”, estuda a construção discursiva das mulheres candidatas nas eleições de 1994, com o intuito de entender até que ponto as mulheres e a agenda feminista ganharam espaço nestas candidaturas. Ao analisar os grupos de mulheres candidatas, ela pontua que um deles, o primeiro a chegar à política via laços familiares, é o grupo das “Donas”, uma referência à mulher dona-de-casa. O apoio no nome político da família ou do marido significava, para elas, uma chance real de vitória (PINTO, 1994). Esta é, portanto, uma estratégia utilizada em outros contextos, e não exclusiva à vinculação entre as figuras de Dilma e Lula.

Celi Pinto reforça o fato de as mulheres candidatas, naquela eleição a vice-presidentas, terem tido pouco espaço na televisão ou no noticiário da imprensa escrita, mas lembra que quando estes espaços lhes foram concedidos, colocaram-se, antes de tudo e sempre, como mães e esposas (PINTO, 1994). É como se, numa visão feminista deste movimento, buscassem legitimar seu espaço público por meio da visão de “verdadeira mãe e esposa”, pontuada por Hall (1991) na valorização da figura feminina por meio do papel que desempenhava na família.

Observando outras candidaturas mencionadas por Pinto (1994), percebe-se uma distância entre elas e uma candidatura de fato feminista ou em defesa dos direitos da mulher. Ao contrário, “apresentam-se como o caso concreto de

dona-de-casa ideal” (PINTO, 1994, p.300). Isso não significa, entretanto, que elas sejam um elo perdido na cadeia da luta feminista, pois

[...] circulam na esfera mais conservadora da sociedade, tanto dos partidos a que pertencem como dos eleitores a quem se dirigem prioritariamente, e a aceitação, por eles, de que uma mulher tradicional, esposa de político, possa ocupar uma candidatura do porte de uma vice-presidência, é revelador de uma nova forma de pensar os espaços femininos diluída na discursividade social que atinge até os grupos mais conservadores” (PINTO, 1994, p. 301).

Mesmo com as limitações em que se encontra a representação feminina no poder, por estarem em espaços não desejados pelos homens, em disputas perdidas num primeiro momento, além de muitas vezes assumirem posturas tradicionais e não utilizarem do pouco espaço que conseguem na mídia para expor questões a respeito dos direitos da mulher, sua presença na política revela um rompimento na caracterização do espaço político como exclusivamente masculino, e representa uma maior chance de possibilidade participativa para as mulheres na política brasileira (PINTO, 1994).

A figura de Dilma é, claramente, controversa neste ponto. Embora tenha sido duramente criticada em sua primeira corrida eleitoral por já ter demonstrado apoio à questão polêmica, porém tão necessária na agenda feminista, do aborto, sua campanha reforça estereótipos da expectativa de permanência da mulher na esfera privada, e não a coloca em posição de equidade com outros candidatos, quando constrói uma imagem de grande mãe dos brasileiros (PANKE et al, 2015).

Kahn (1996) citado neste último trabalho, afirma que apesar de o reforço dos estereótipos de gênero - dos quais eleitores, candidatos e a cobertura de imprensa são responsáveis - contaminarem o ambiente político, em alguns momentos eles podem ser considerados como vantagens às candidatas, dependendo da agenda predominante em uma determinada eleição. Por exemplo, quando áreas de conhecimento usualmente associadas às mulheres, como a educação, a saúde, o cuidado estão em alta, as candidaturas femininas são privilegiadas (PANKE et al, 2015). Ou mesmo quando estas candidatas estão associadas a herdeiras legítimas de seus grupos familiares e líderes masculinos, e apresentam-se como continuadoras das obras destes (LITHGROW, 2000 apud PANKE et al, 2015).

Fato é que a ocupação de um espaço de poder público subverte a construção da identidade de gênero feminina, e na maioria das vezes, estas atrizes da política, apesar de estarem inseridas no meio (nacional ou internacional), não estão na

posição de ‘escolher o tom da música’ (ENLOÉ, 2014). Mesmo assim, é importante não cair em uma falsa dicotomia entre a vítima e o ator empoderado, pois as “mulheres que estão à margem de qualquer sistema de poder continuam a avaliar e criar estratégias mesmo com o mínimo de recursos disponíveis” (ENLOÉ, 2014, p.8, tradução própria).

Neste capítulo foram analisadas 28 reportagens da Revista **Veja** que fizeram parte da cobertura do *Impeachment*, com o intuito de categorizá-las e entender se, de fato, a revista cometeu violência política de gênero contra a presidenta Dilma durante este período. Os materiais reunidos permitem afirmar, portanto, que a Revista Veja cometeu tal violência: na forma de silenciamento, por não permitir que a presidenta se pronunciasse em quase todas as reportagens; na construção de uma narrativa negativa sobre ela, sem que lhe fosse dada a oportunidade de contestar ou responder; na afirmação, em diversos momentos, de que era incapaz de exercer o seu cargo, sem trazer argumentos que não fossem vinculados à frustração em relação à subversão que sua figura representava habitando um espaço público; e por fim, na constante vinculação de sua figura a figuras masculinas que, na narrativa construída, eram ou os responsáveis de fato pelo governo, ou os únicos indivíduos capazes de salvar o país.

CONCLUSÃO

O presente trabalho desenvolveu o tema da violência política de gênero e a forma como a concepção dicotômica entre as esferas pública e privada influenciam a vida das mulheres na política. Ao dissertar sobre a construção dessa ideologia burguesa, ocidental, imperialista e cristã, foi possível perceber as diversas violências das quais as mulheres se tornam vítimas por ocupar um espaço que, nesta concepção ideológica, não lhes pertence. Essas violências podem ser cometidas por diversos atores, mas a escolhida nesta monografia foi a Revista Veja.

Num primeiro momento, utilizou-se da reportagem *Marcela Temer: Bela, recata e do lar* para discutir a construção do culto à domesticidade (McCLINTOCK, 1995) e à figura da mulher enlaçada a um estereótipo de gênero em que o cuidado, a compaixão, a maternidade eram esperadas (VALENZUELA; CORREA, 2009 apud PANKE et al., 2015) e submetiam as mulheres a uma subordinação à figura masculina mais próxima, seja ao pai ou ao marido, bem como à esfera privada (HALL, 1995). Seguiu-se então debatendo a influência dos pensadores cristãos, por meio do evangelismo dos séculos XVIII e XIX (HALL, 1995). A origem desta narrativa, entretanto, não lhe é atribuída, já que existem vestígios de misoginia e silenciamento das mulheres que ocupam o espaço público, ou frustram expectativas de performance de feminilidade desde o início da literatura ocidental, na Grécia Antiga (BEARD, 2018). Essa construção se constitui como uma violência pois relega as mulheres ao campo da privacidade e lhes atribui tais tarefas como algo inato e natural (HALL, 1991). Tal naturalização vem sendo feita há muito tempo e é uma das principais lutas do feminismo contra o patriarcado (FEDERICI, 2018).

Os estudos de gênero, portanto, se fazem necessários, não só para analisar a cobertura midiática da Revista Veja durante o período de Impeachment de Dilma, mas também para entender os valores e as normas nas quais edificaram-se a sociedade ocidental, o imperialismo, e a própria política, seja nacional ou internacional. Para as Relações Internacionais, portanto, o feminismo e os estudos de gênero configuram-se como uma lente extremamente aguçada, pois ao afirmar a politização do pessoal, entende-se que a privatização dos corpos femininos é muito mais que um valor ou ideologia, é um ato político ao subordiná-las, para exercer controle sobre elas e reforçar o controle político masculino (ENLOÉ, 2014). “Sem

essas manobras enviesadas por gênero, o controle do homem sobre a vida política estaria muito menos seguro” (ENLOÉ, 2014, p. 348).

Este trabalho se faz importante para estudar os temas ligados às mulheres, desvendar a privacidade e enxergá-la não como algo oposto, mas de forma interligada à esfera pública (OKIN, 2008).

As reportagens da revista *Veja*, que remontam o período do Impeachment, desde 8 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, são analisadas. A lente utilizada como ferramenta para tal tarefa foram os estudos de gênero e uma perspectiva feminista sobre a representação pública de Dilma Rousseff. A análise se deu em 4 categorias, que estavam ligadas a atitudes e descrições da própria redação da revista, ou de autores que escrevem para seu blog. São elas: o ato de citar Dilma nas reportagens; de não permitir, em geral, seu direito à fala; o discurso de incapacidade de exercer seu cargo público; e a vinculação de sua figura a figura masculina, seja de Lula, de Sérgio Moro, ou até de Michel Temer.

O estudo das categorias possibilitou então, responder à questão de partida deste trabalho: sim, a revista cometeu violência política de gênero, ao silenciar a ex-Presidenta, ao negar-lhe o direito à fala e à construção de uma narrativa própria; por ligar constantemente sua imagem a temas e características negativas; ao colocá-la como incapaz, utilizando de argumentos sobre a frustração perante sua postura não correspondente aos estereótipos de gênero; e por fim, construindo sua imagem permanentemente dependente de figuras masculinas.

Pode-se afirmar também que os objetivos do trabalho foram alcançados. O primeiro deles, relacionado ao entendimento da construção de valores ocidentais e sua influência sobre o gênero, tornou-se possível graças às contribuições de Mary Beard, sobre a literatura grega antiga, Catherine Hall, sobre a construção do ideal de família no século XIX, e Anne McClintock, sobre a generificação e racialização do imperialismo, reforçando o culto à domesticidade; o segundo, abordando a falta de clareza sobre as esferas pública e privada e a expectativa dos papéis exercidos em cada uma, foram realizados no capítulo 1, com as contribuições de Susan Okin; o terceiro, que tinha intuito de estudar o caso da cobertura do Impeachment de Dilma Rousseff por parte da Revista *Veja*, analisando as edições desde Dezembro de 2015, até Agosto de 2016 e abordando a forma como retrataram a ex-presidenta durante este período, referente ao prosseguimento do processo de Impeachment, foi realizado no capítulo 2; Por fim, justificou-se a tratativa misógina da Revista como

forma de impulsionar o retorno da ex-presidenta, à esfera privada, a qual, de acordo com a construção ideológica do Estado capitalista, burguês, cristão e ocidental, as mulheres realmente pertencem e explicou-se o papel que a Revista exerceu nesse processo: de reprodução de reforço de uma visão machista, cristã e burguesa.

Este trabalho, entretanto, não tem o intuito de abranger todas as discussões e responder a todos os questionamentos que são feitos a respeito do impacto da construção ideológica das esferas pública e privada na vida das mulheres e de outros corpos que, por conta desta construção de privacidade e culto à domesticidade, não são bem-vindos na ocupação de cargos e no exercício de poder na esfera pública. Estudar a forma como corpos negros, LGBTQIA+, pessoas com deficiência - entre outras figuras invisibilizadas e violentadas nesse processo - ocupam estes espaços, bem como adicionar a esta uma discussão interseccional e pós-colonial, pode ajudar a responder mais questionamentos. Para além disso, uma discussão sobre análise de discurso, ou comparação entre a narrativa construída por outras Revistas de alta circulação no Brasil e no mundo, podem contribuir para uma análise ainda mais instrumentalizada a respeito do assunto. Demonstrando, portanto, que o presente trabalho pode evoluir em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBAINE, Laura. Contra la violencia política de género en América Latina: Las oportunidades de acción. In: **Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, IX**, 2017, Montevideo.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª Edição, 2007.

AZEVEDO, Reinaldo. 31 de março: Porque Dilma é mais irresponsável do que Jango. **Revista Veja**, 31 de março de 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/31-de-marco-de-2016-por-que-dilma-e-ainda-mais-irresponsavel-do-que-jango-ou-nao-lhes-daremos-nem-poder-nem-sangue/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. Boulos quer esquerdas nas ruas em 31 de julho, mesmo dia dos protestos pro impeachment. **Revista Veja**, 14 de julho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/boulos-quer-esquerdas-nas-ruas-em-31-de-julho-mesmo-dia-de-protesto-pro-impeachment/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto**. São Paulo, Editora Planeta do Brasil LTDA. 2018.

BORGES, Laryssa; FARINA, Carolina; FRAZÃO, Felipe. MATTOS, Marcela. Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT. **Revista Veja**, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/senado-encerra-mandato-de-dilma-e-fecha-ciclo-de-poder-do-pt/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BORGES, Laryssa; FRAZÃO, Felipe e MATTOS, Marcela. Câmara aprova processo de impeachment contra Dilma Rousseff. **Revista Veja**, 17 de abril de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/camara-aprova-processo-de-impeachment-contradilma-rousseff/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARVALHO, Lucas Correia. Esfera pública e esfera privada: uma comparação entre Hannah Arendt e Jürgen Habermas. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 38-52, dez. 2008.

CONCLUSÃO do impeachment de Dilma ficará para setembro. **Revista Veja**, 30 de julho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/conclusao-do-processo-de-impeachment-de-dilma-ficara-para-setembro/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

DEFESA de Dilma fala de desvio de poder contra Lava Jato e pede absolvição sumária em impeachment. **Revista Veja**, 1 de junho de 2016. Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/defesa-de-dilma-fala-de-desvio-de-poder-contra-lava-jato-e-pede-absolvicao-sumaria-em-impeachment/>. Acesso em: 24 mar. 2020/

DESGOVERNO. In: **Dicionário Online de Português 7 Graus**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desgoverno>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ECLESIASTES 3:1. **Bíblia online**. Disponível em: https://www.bibliaon.com/versiculo/eclesiastes_3_1/. Acesso em: 19 abr. 2021.

EM oposição à Dilma, Temer afaga o Congresso e exalta harmonia. **Revista Veja**, 2 de junho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/em-oposicao-a-dilma-temer-afaga-congresso-e-exalta-harmonia/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ENLOÉ, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics**. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 2ª Edição, 2014.

FEDERICI, Silvia. **El Patriarcado del Salário: Críticas feministas al marxismo**. Madri: Traficante de Sueños, 2018.

FRAZÃO, Felipe; MATTOS, Marcela. Comissão da Câmara aprova processo de Impeachment. **Revista Veja**, 11 de abril de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GALERIA de fotos: manifestantes comemoram abertura do processo. **Revista Veja**, 2 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/manifestantes-comemoram-a-abertura-de-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michele. **A História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 53-88.

IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Agência Senado, 28 de dezembro de 2016. **Política**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 22 abr. 2021.

IMPEACHMENT pode marcar nova onda de valorização do real. **Revista Veja**, 28 de junho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/impeachment-pode-marcara-nova-onda-de-valorizacao-do-real/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático de linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**, 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 20 mar. 2020.

MANIFESTANTES saem às ruas em 10 estados e no distrito federal. **Revista Veja**, 31 de julho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/manifestantes-saem-as-ruas-em-10-estados-e-no-distrito-federal/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

MANIFESTAÇÕES pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Veja**, 11 de maio de 2016. Disponível em <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/manifestacoes-pro-e-contra-o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MATTOS, Marcela. Moro visitará o Congresso em dia de votação sobre o impeachment. **Revista Veja**, 25 de julho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/moro-visitara-o-congresso-em-dia-de-votacao-sobre-impeachment/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: race, gender and sexuality in the colonial contest**. Nova Iorque: Routledge. 1995.

MOURA BRASIL, Felipe. Traz a pipoca: comissão do impeachment é Brasil. **Revista Veja**, 8 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/traz-a-pipoca-comissao-do-impeachment-e-brasil/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MURO do Impeachment. **Revista Veja**, 17 de abril de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/muro-do-impeachment/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Sobre o observatório da Imprensa**. c2021. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

OKIN, Susan. O Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio-agosto de 2008.

OS últimos dias de Dilma Rousseff. **Revista Veja**, 6 de maio de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-ultimos-dias-de-dilma-rousseff/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

PACETE, Luiz Gustavo. Entenda como o Tchou Querida ganhou as redes. **Revista Meio & Mensagem**, 11 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2016/05/11/criadores-com-emoram-viralizacao-do-tchau-querida.html>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PANKE, Luciana; NEBOT, Carmen Pineda; IASULAITIS, Sylvia. Género y Campañas Electorales en América Latina: un análisis del discurso femenino en la propaganda televisiva. **Razón y Palabra**, n. 91, setembro - novembro de 2015.

PEDRO, Joana Maria. **As tramas entre o público e o privado: A imprensa de desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PERROT, Michelle. **Dicionário Crítico de Gênero**. Editora UFGD, 2ª edição. 2019.

PINTO, Celi. Donas-de-casa, Mães, Feministas, Batalhadoras: mulheres nas eleições de 1994 no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Edição 94, n.2. p. 297-312.

PLENÁRIO aprova a incorporação do PHS ao Podemos. **Tribunal Superior Eleitoral**, 19 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Setembro/plenario-aprova-incorporacao-do-phs-ao-podemos>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz: Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018

PREOCUPADO com troca de votos, Temer quer desfecho breve para o impeachment. **Revista Veja**, 2 de junho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/preocupado-com-troca-de-votos-temer-quer-desfecho-breve-para-impeachment/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

PROCURADOR diz que BB foi leniente e afirma que Dilma é responsável por pedaladas. **Revista Veja**, 8 de junho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/procurador-diz-que-bb-foi-leniente-e-afirma-que-dilma-e-responsavel-por-pedaladas/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PROTESTOS contra Impeachment e a favor de Dilma reúnem dezenas de milhares em todos os estados. **Revista Veja**, 31 de março de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/protestos-contrainpeachment-e-a-favor-de-dilma-reunem-dezenas-de-milhares-em-todos-os-estados/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

PUBLISHING. In: **Cambridge Dictionary**. Cambridge University Press. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/publishing>. Acesso em: 10 abr. 2021.

RANGEL, Rodrigo. É um golpe, diz vice-procuradora da república sobre o impeachment. **Revista Veja**, 30 de agosto de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/e-um-golpe-diz-vice-procuradora-da-republica-sobre-impeachment/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

RELATOR na Comissão do Impeachment de Dilma dá parecer favorável a processo e defende julgamento final. **Revista Veja**, 2 de agosto de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/relator-na-comissao-do-impeachment-de-dilma-da-parecer-favoravel-a-processo-e-defende-julgamento-final/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ROUSSEFF, Dilma. Relatos da Violência Política no Brasil. In: D'Ávila, Manuela. **Sempre foi sobre nós**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 49-61.

SAIBA como votou cada ministro do Supremo. Revista Veja, 17 de dezembro de 2015. Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/saiba-como-votou-cada-ministro-do-supremo/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, julho-dezembro 1995.

SENADO afasta Dilma do Planalto. E interrompe projeto de poder petista. **Revista Veja**, 12 de maio de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/senado-afasta-dilma-do-planalto-e-interrompe-o-projeto-de-poder-petista/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SENADO vota nova fase do impeachment em 12 de julho, diz relator. **Revista Veja**, 2 de junho de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/senado-vota-nova-fase-do-impeachment-em-12-de-julho-diz-relator/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SENKO, Elaine Cristina; SANTANA, Luciana Wolff Apolloni. Perspectivas da Era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Junho de 2016.

VEJA. 13 de março: Juiz Moro, o herói dos protestos pelo país. **Revista Veja**, 13 de março de 2016. Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/13-de-marco-juiz-moro-o-heroi-dos-protestos-pelo-pais/>. Acesso em: 17 mar. 2020

VEJA. 13 de março: marcha pró impeachment toma a avenida paulista. **Revista Veja**, 13 de março de 2016. Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/13-de-marco-marcha-pro-impeachment-toma-a-avenida-paulista/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: **XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2002. Salvador. INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

ZILLES, Urbano. Os sacramentos da Igreja Católica. Porto Alegre: EDUPUCRS, 3ª edição, Coleção Teologia 4. 2005.

ZYLBERKAN, Mariana. Internautas não perdoam visual de Dilma. **Revista Veja SP**, 29 de agosto de 2016. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/internautas-nao-perdoam-visual-de-dilma/>. Acesso em: 20 mar. 2020.